

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
UNIPAMPA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

KAREN CAROLINA CUSTODIO

**POLÍTICA ESTRATÉGICA SINO-RUSSA
Aproximação desde o advento do presidente Xi Jinping**

Santana do Livramento

2018

KAREN CAROLINA CUSTODIO

POLÍTICA ESTRATÉGICA SINO-RUSSA

Aproximação desde o advento do presidente Xi Jinping

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), como
exigência parcial para obtenção do título em Bacharel
de Relações Internacionais**

Orientador (a): Dra. Anna Carletti

Santana do Livramento

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

C987p Custodio, Karen Carolina Política estratégica Sino-Russa: Aproximação desde o advento do presidente Xi Jinping / Karen Carolina Custodio. 83 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2018.

"Orientação: Anna Carletti".

1. Aproximação . 2. China-Rússia. 3. Transição . 4. Geopolítica. 5. Sistema Internacional. I. Título.

KAREN CAROLINA CUSTODIO

POLÍTICA ESTRATÉGICA SINO-RUSSA

Aproximação desde o advento do presidente Xi Jinping

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Santana do Livramento, 19 de novembro de 2018

Nota: 9 (nove)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Anna Carletti
Orientador – Universidade Federal do Pampa

Prof. Dra. Kamilla Raquel Rizzi
Avaliador – Universidade Federal do Pampa

Prof. Dr. Flávio A. Lira
Avaliador – Universidade Federal do Pampa

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Pampa por me permitir o acesso a um ensino superior gratuito e de excelência. Parabenizo à instituição pela iniciativa de incorporar estudantes estrangeiros através de vagas estabelecidas em todos os cursos. Com esta iniciativa, a UNIPAMPA torna-se um instrumento eficaz de integração e propagação de valores culturais e educativos, peculiaridades únicas na região fronteira Rivera-Livramento que tanto tem lutado por um espaço em desenvolvimento de qualidade.

Agradeço o respeito e a contenção dos brasileiros que tive o prazer de conhecer e conviver ao longo de quatro anos. Agradeço ao Brasil por ter me acolhido. Neste país tive a oportunidade de viver momentos de enorme importância para minha formação pessoal, acadêmica e profissional. É do meu maior desejo que este país permaneça forte e unido frente às adversidades que vem atravessando, não há tempo para desistir. O Brasil merece outra realidade e depende da força de cada brasileiro para afirmar seus passos em direção à paz, prosperidade e democracia. Deus abençoe esta nação e a sua maior riqueza, a alegria incomparável de sua população.

Meu agradecimento também se dirige aos meus professores, pelos conhecimentos transmitidos e a toda a coordenação do curso. Também à simpatia dos técnicos, funcionários da limpeza, da portaria e da Biblioteca. À minha orientadora, professora Anna Carletti pela atenção, paciência e enriquecimento do presente trabalho. A elaboração da análise e interesse pela temática escolhida deve-se à sua competência na área e à maneira que traspasa seu conhecimento em sala de aula. Agradeço o tempo compartilhado no estudo da política, língua e cultura chinesa.

Por fim, e certamente não menos importante, dedico e agradeço à Deus pela sua imensurável contenção nos momentos mais felizes e nos mais difíceis, encarados ao longo dos anos que envolveram o curso. Sua alegria é a minha força. Agradeço aos meus familiares e amigos por todo o apoio. Aos meus pais e aos meus irmãos por me incentivarem, torcerem e confiarem em todos os meus passos. Sem o esforço financeiro e emocional deles nada teria sido suficiente para permanecer e concluir meu sonho: minha formação, meu diploma, minha independência. Outra etapa que se conclui, muito obrigada e muchas gracias a todos!

*“O medíocre discute pessoas,
o comum discute fatos,
o sábio discute ideias”*

(Provérbio chinês)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a aproximação político-estratégica sino-russa a partir dos presidentes Xi Jinping e Vladimir Putin. O argumento proposto consiste na relevância da Federação Russa e a República Popular da China na agenda mundial junto ao interesse das demais potências sobre o território que ambas compreendem. Considera-se ainda, a crescente influência da autonomia asiática que a relação sino-russa estaria instituindo nos acordos internacionais, impulsionando a construção de um bloco de atuação pragmática, liderado pelo poderio russo e chinês. Esta aproximação estaria desafiada pela transição do Sistema Internacional contemporâneo e às adversidades domésticas compartilhadas por ambas potências regionais. Nesse sentido, o trabalho se propõe analisar a gradual e prometedora aproximação sino-russa para verificar o estabelecimento de uma aliança que vem sendo projetada desde o final da Guerra Fria. O trabalho se desenvolve entre quatro pilares, discorrendo dos aspectos geoestratégicos, energéticos e institucionais euroasiáticos a partir da teoria do *Heartland* de Mackinder reavaliando suas concepções para a realidade contemporânea. A análise conclui com a certificação de uma aproximação sino-russa que objetiva estender suas influências a fim de legitimar, de maneira gradual e contínua, a inserção do perfil asiático no Sistema Internacional através da multipolaridade na conformação de alianças regionais, contrapondo a perspectiva de atuação das tradicionais potências hegemônicas (Estados Unidos e Europa).

Palavras-chave: China, Rússia, aproximação, Ásia, geopolítica, transição, instituições, Sistema Internacional.

RESUMEN

El presente trabajo tiene por objetivo analizar la aproximación político-estratégica sino-rusa a partir de los presidentes Xi Jinping y Vladimir Putin. El argumento planteado consiste en la importancia de la Federación Rusa y la República Popular de China en la agenda mundial acoplado a los intereses de las demás potencias sobre el territorio que ambas comprenden. Se añade a lo expuesto, la creciente influencia de la autonomía asiática que la relación sino-rusa estaría instituyendo entre los acuerdos internacionales, los cuales estarían impulsando la construcción de un bloque de actuación pragmática, liderados por el poderío ruso y chino. Esta aproximación estaría desafiada por la transición del Sistema Internacional contemporáneo y las adversidades domésticas compartidas por ambas potencias regionales. En base a esto, el trabajo propone analizar la gradual y prometedora aproximación sino-rusa para verificar el establecimiento de una alianza que viene siendo proyectada desde el fin de la Guerra Fría. El trabajo se desarrolla entre cuatro pilares, presentando los aspectos geoestratégicos, energéticos e institucionales euroasiáticos a partir de la teoría del *Heartland* de Mackinder al reevaluar sus conceptos para la realidad contemporánea. El análisis concluye con la certificación de una aproximación sino-rusa que tiene como objetivo la extensión de sus influencias para legitimar, de manera gradual y continua, la inserción del perfil asiático en el Sistema Internacional mediante la multipolaridad en la conformación de alianzas regionales, en contraposición a la perspectiva de actuación de las tradicionales potencias hegemónicas (Estados Unidos y Europa).

Palabras-llave: China, Rusia, aproximación, Asia, geopolítica, transición, instituciones, Sistema Internacional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- REGIÃO COMPREENDIDA PELO HEARTLAND E RIMLAND	23
FIGURA 2- MAPA DO HEARTLAND APÓS MUDANÇAS POLÍTICAS E SISTÊMICAS	24
FIGURA 3 - MAPA DA ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO DE XANGAI.....	31
FIGURA 4 - MAPA DO HEARTLAND APÓS DESLOCAMENTO DA ÁREA PIVÔ ATRAVÉS DA OCX37	
FIGURA 5 - MAPA DOS PRINCIPAIS OLEODUTOS QUE ATRAVESSAM TERRITÓRIO RUSSO	48
FIGURA 6 - MAPA DOS PAÍSES SIGNATÁRIOS DA UEE	55
FIGURA 7 - MAPA DA NOVA ROTA DA SEDA	60
FIGURA 8 - MAPA DOS SEIS CORREDORES TERRESTRES E UM MARÍTIMO DA NOVA ROTA	62

LISTA DE SIGLAS

BRI	The Belt and Road Initiative
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCX	Organização para a Cooperação da Xangai
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PECh	Política Externa Chinesa
PIB	Produto Interno Bruto
RATS	Comitê Executivo da Estrutura Regional Antiterrorista
UEE	União Econômica Euroasiática

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - O TERRITÓRIO ASIÁTICO DESDE UMA PERSPECTIVA GEOPOLÍTICA	15
1.1. A Teoria de Mackinder e sua interpretação contemporânea	16
1.1.1 Relação entre o <i>Heartland</i> e o <i>Rimland</i>	21
1.2. Estratégias e ambições sino-russas em seus territórios	23
CAPÍTULO II – A ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO DE XANGAI (OCX): UMA PARCERIA ESTRATÉGICA	27
2.1. Rússia e China e sua transição dentro do Organismo	33
2.2. Integração regional mediante uma liderança pragmática e a busca pelo multilateralismo	40
CAPÍTULO III – O PAPEL ENERGÉTICO NA AGENDA SINO-RUSSA	44
3.1. Desenvolvimento de um Regime de Segurança Energético asiático	44
3.2. A Política Externa como suporte para a obtenção e manutenção dos hidrocarbonetos	49
CAPÍTULO IV - UNIÃO ECONÔMICA EURASIÁTICA (UEE) E O CINTURÃO ECONÔMICO DA ROTA DA SEDA - BRI (The Belt and Road Initiative): uma alternativa à independência econômica regional	52
4.1. Origem e funcionalidade da UEE e BRI	52
4.2 A possibilidade de unificação de ambos organismos para consolidação de um plano econômico regional.	67
CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

A compreensão do dinamismo atual do ordenamento internacional à procura pelo líder mundial e/ou regional é fundamental para a definição das possíveis alianças ou confrontações. Ao ponderar a existência de uma ascensão de potências no processo transitório e incerto do pós-Guerra Fria, é de considerável relevância o ímpeto científico para valorizar o processo de recuperação das nações asiáticas que aponta a afirmação de sua autonomia na nova configuração regional.

O presente trabalho propõe uma dissertação do posicionamento político dos governos de China e Rússia perante a atual projeção política do sistema-mundo a partir do advento dos presidentes Vladimir Putin e Xi Jinping. Ao considerar os desdobramentos que ocorrem na região asiática, tais como as instabilidades entre os vizinhos mais próximos quanto no âmbito internacional, percebe-se a primazia dos assuntos internos dos Estados perante os interesses tidos em conjunto, as mudanças de governos que alteram as manobras políticas e econômicas, as lutas sociais internas e a procura por novos parceiros.

Com o intuito de corroborar o processo desta pesquisa científica, foi escolhido o método analítico-explicativo, abordando questões puramente qualitativas utilizando-se em alguns momentos de dados quantitativos para corroborar os dados qualitativos coletados. A estratégia de pesquisa adotada foi o estudo de caso mediante a classificação de dados primários e secundários. As etapas desta pesquisa compreendem: técnica de coleta de dados, identificação e sistematização das informações relevantes para a pesquisa e a revisão bibliográfica sobre assunto e pesquisa de campo. Com a revisão bibliográfica pretendeu-se aprofundar o conhecimento sobre a tese acerca do histórico de atuação política sino-russa. A pesquisa de campo analisou o comportamento dos atores dentro de um período temporal contemporâneo.

Visando identificar as características dos fatos foram considerados diversas fontes provenientes de acervos bibliotecários, artigos, jornais científicos, acompanhamento e atualização de notícias (acordos políticos e/ou econômicos, visitas diplomáticas, entre outros).

Este trabalho apresenta quatro pilares principais que derivam da divisão dos quatro capítulos, cada tema abordado discorre em mais de um tópico com a finalidade de apresentar de maneira mais detalhada a análise. Os quatro temas escolhidos abordam a importância do território sino-russo desde uma perspectiva geopolítica, através da teoria do *Heartland* do especialista britânico Mackinder. Os demais temas se desenvolvem entre a questão energética e a dependência gerada sobre os hidrocarbonetos e a projeção político-econômica que se legitima mediante propostas pragmáticas, com a liderança de China e Rússia.

Reconhecendo o benefício do cenário atual na região da Ásia Central, observou-se a importância geopolítica do território compreendido para o aproveitamento sino-russo em conjunto mediante a priorização das principais Organizações de cooperação regional, tais como a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) e o Cinturão Econômico da Rota da Seda (BRI) respaldados pela China, e a União Econômica Eurasiática (UEE) com a Rússia como propulsora, como instrumentos de barganha na defesa de seus interesses e inserção internacional.

Ao considerar a conjuntura das relações entre os Estados asiáticos na atualidade, a análise deste trabalho verificou o intuito da Rússia e da China, de estarem construindo uma alternativa para a manutenção de seus interesses econômicos e políticos frente à transição sistêmica contemporânea. Enquanto os Estados Unidos historicamente procuram fortalecer sua primazia no Sistema Internacional defendendo a unipolaridade das relações, Rússia e China procuram ampliar sua margem de manobra visando a conformação de uma ordem multilateral. O estado de beligerância permanente, as delimitações econômicas protecionistas e a disputa pelo abastecimento dos recursos naturais são sinais de emergência dos polos de poder desafiando aos Estados Unidos. Considerando estes pressupostos, observou-se a hipótese de um aproveitamento sino-russo para sustentar seus interesses, utilizando-se das projeções atuais da política mundial.

Tendo em vista o dinamismo político regido pelo sistema que condiciona e regula as interações interestatais, ocasionando aos países que possuem uma ampla projeção ao futuro um conjunto de incertezas que irão condicionar seus andamentos, a relevância em acompanhar a desenvoltura dos países que possuem maior influência

no Sistema Internacional tornou-se imprescindível para compreender a suas atuações no estabelecimento de novos blocos à procura da manutenção de seus interesses.

Considerando a relevância da Federação Russa e a República Popular da China na agenda mundial e a crescente influência da autonomia asiática nos acordos internacionais, foi desenvolvida a questão problemática que envolveu a inquietação sobre a transição do Sistema Internacional contemporâneo. Este cenário estaria provocando uma acentuação da “parceria estratégica” sino-russa, estabelecendo um bloco autônomo de poder asiático.

Percebeu-se como pressuposto o dinamismo das decisões que ocorrem na ordem política, emergindo uma agenda própria de preocupações que levam aos países asiáticos e suas potências regionais a se distanciarem das influências ocidentais históricas, garantindo desta maneira uma gradual autonomia ocasionado pelo vácuo atual de uma potência mundial que garanta uma contenção assertiva a todas as regiões do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2004).

A pesquisa do presente trabalho apontou para a presença de desafios internos em cada Estado, sendo eles cada vez mais enlaçados com fatores alheios, determinando que países ou regiões busquem a acentuação de suas parcerias mediante o prévio reconhecimento de uma estabilidade futura. Ao longo de toda a análise, cada capítulo reuniu resultados suficientes para demarcar a aproximação sino-russa como principal exemplo destas características, visando uma estabilidade prometedora das partes em função da manutenção do crescimento econômico contínuo. Contudo, o trabalho discorreu em apresentar a autonomia regional asiática gerada desde as últimas décadas mediante políticas próprias de manutenção e crescimento para conceder uma alternativa às oscilações advindas do sistema capitalista vigente.

CAPÍTULO I - O TERRITÓRIO ASIÁTICO DESDE UMA PERSPECTIVA GEOPOLÍTICA

Nas últimas décadas de aproximação e intensificação das relações dos países asiáticos demarcou-se o retorno da influência da geopolítica nas análises de governos dos países que possuem grandes pretensões estratégicas na região. Desde o surgimento da geopolítica, na segunda metade do século XIX com a demanda das delimitações das fronteiras e as rivalidades entre os impérios da época, as pretensões estratégicas foram se adaptando ao acompanhar a evolução histórica, principalmente a europeia que foi o desígnio dos principais teóricos estrategistas. A geopolítica passa a enfrentar um período de marginalização após o desfecho das duas guerras mundiais por estas terem representado um impacto nas teorias dos especialistas mais relevantes no âmbito, sendo eles o alemão Karl Haushofer e o britânico Halford Mackinder alegando de terem servido como sustento aos princípios nazistas e ao expansionismo alemão. Tal relação aos interesses dos países fascistas durante a guerra estabelece uma utilidade perniciosa da geopolítica nos assuntos estatais (DUARTE, 2000).

Após 1945 os interesses que sustentam a interferência da geografia na política dos Estados passam a ocupar as vertentes das novas teorias que surgem a fim de questionar os pensamentos liberais predominantes, como foi o Realismo e seus conceitos de Segurança. Um dos destacados autores deste pensamento foi Hans Morgenthau quem defendia como um dos fatores predominantes do poderio estatal a distinção das características geográficas e de seus recursos naturais perante os demais Estados. Os avanços ao retorno dos termos geopolíticos prosseguem durante a Guerra Fria como estratégia das grandes potências na defesa de seus interesses, formulando os discursos de Henry Kissinger, destacado Secretário de Estado dos Estados Unidos na década de 70.

Na contemporaneidade dos fatos, o resgate dos princípios geopolíticos atravessaram o fenômeno da globalização que ocasionou a procura pela compreensão de decisões das grandes potências mundiais. Os países adaptam-se na intensificação de acordos que apontam ao multilateralismo como novo instrumento para afrontar os desafios externos de maneira conjunta. Estes avanços provocam que

os Estados cedam parte de sua autonomia ao objetivar uma resolução que envolvam demais interesses de outros países, provocando situações que demandem a primazia do estabelecido em um acordo sobre os interesses políticos internos e a defesa de seus territórios. Esta situação motivou a retomada da compreensão atual das relações por meio da geopolítica dos Estados que havia sido desconsiderada como fator incidente (DUARTE, 2000).

Deste modo, este capítulo propõe uma abordagem do teórico Halford Mackinder proporcionando a reavaliação das concepções geopolíticas deste autor, ao considerar a teoria do *Heartland*. Será abordado a relação com a teoria complementar do *Rimland* apresentada por Nicholas Spykman, fazendo ênfase no espaço asiático compreendido pela Federação Russa e a República Popular da China. O capítulo conclui com a abordagem do planejamento estratégico bilateral destes países que irá redefinir a posição do *território sino-russo* no Sistema Internacional.

1.1. A Teoria de Mackinder e sua interpretação contemporânea

A construção de estratégias de contenção visando a segurança dos territórios frente possíveis enfrentamentos ocasionou o interesse dos Estados mais fortes de interpretarem seus espaços geográficos assim como seus recursos naturais disponíveis como um instrumento de barganha perante seus vizinhos mais próximos e ainda aqueles mais distantes. Tendo no início do século XX as projeções teóricas sobre o poder terrestre e o poder marítimo, as potências euroasiáticas que dominavam o imaginário do britânico Halford Mackinder (1861-1947) era o gigantesco território da Rússia designado na época como *Pivot Area (Região-Pivô)* que corresponde ao núcleo desse continente, assim como o poder marítimo representado pela Inglaterra naquele então. Com o intuito de erguer o posicionamento britânico, a percepção mackinderiana reparou na possibilidade de um Estado designado como poder terrestre de obter uma frente oceânica ganhando desta forma, capacidade para concorrer com o poder marítimo. Pouco mais de um século da delimitação da teoria de Mackinder (1904) observa-se que já era perceptível para o autor a possibilidade de

uma substituição do poder marítimo inglês pelo poder terrestre russo-alemão (DUARTE, 2000, p.195).

Com a decorrência das duas grandes guerras do século XXI as hipóteses deste geógrafo foram verificadas e contestadas em obras como a do autor Raymond Aron (1986) em *Paz e guerra entre as Nações* que contrastando a premissa de poder marítimo contra poder terrestre de Mackinder, utilizou o potencial da conformação de blocos de poder contra outros da mesma capacidade vivenciados no período de guerra. Somado a estes acontecimentos, reconhece-se também que o poder marítimo americano venceu o poder terrestre soviético na Guerra Fria simbolizando outra derrota para esta teoria, provocando a sua consideração somente como parte da história da geopolítica do século passado.

Atendendo às incertezas e ao dinamismo das relações internacionais, autores contemporâneos atribuem uma revisão de premissas da geopolítica clássica apresentando uma alternativa a teorias que foram interrompidas por fatos históricos específicos e caracterizando-as com uma nova designação que abrange a realidade atual do Sistema Internacional. Ao não sustentar-se a proposta *mackinderiana* como normativa ou instrumentalista em épocas de colonialismo, para o pesquisador Itausso Mello apresenta-se a possibilidade de que seja validada entre os desdobramentos atuais redefinindo os conceitos e proporções territoriais. Baseando-se nesta convicção intelectual, Mello dirige seu livro *Quem tem medo da Geopolítica?* (1999) onde expõe sua percepção sobre a temática. Em sua obra são abordadas questões históricas e teóricas da geopolítica e de seus principais geoestrategas porém neste capítulo serão resgatados os tópicos que contribuem à discussão da teoria com conotações atuais.

Contemplando a interpretação de Mackinder da *Área Pivô* ou coração continental predominantemente em território russo, onde se gerava um grande núcleo mediterrâneo que abrangia as regiões marginais de Europa, Oriente Próximo, Índia e China (MELLO, 1999, p. 43) construiu-se o conceito do *Heartland* concedendo a gênese da teoria do poder terrestre para este geógrafo britânico. Foi constituída primeiramente em 1904 em seu célebre artigo *O Pivô Geográfico da História* e reelaborado em 1919 definindo a estratégia no início do século da grande massa euroasiática. Para Mello, a relevância da teoria mackinderiana centra-se no artigo

“*The round world and the winning of the peace*” de 1943 que atualiza seu conceito do poder terrestre (DUARTE,2000, p. 196). Precedendo-se às duas guerras mundiais, Mackinder apontava seu interesse em precaver as autoridades ocidentais, principalmente as de seu país de origem, Inglaterra, de um desequilíbrio na balança de poder europeu que desafiaria sua capacidade de governabilidade internacional já garantida desde o século XIX, diante de uma possível aliança russa-alemã que abrangeria maiores proporções territoriais. Ao remeter à sua teoria de poder de influência mediante seus princípios de “Quem domina a Europa Oriental controla o *Heartland*; quem domina o *Heartland* controla a *World Island*; quem domina a *World Island* controla o mundo” (DUARTE,2000, p. 196) o desígnio do *World Island* tem por fundamento sua interpretação de um grande oceano que cobria três quartos da totalidade do globo, rejeitando a interpretação que hajam quatro oceanos e seis continentes (Ibid., p.196).

O mérito acrescentado pelo autor Mello à Mackinder centra-se na capacidade deste frente a um cenário distante à realidade contemporânea em inícios do século passado, instigar possíveis cenários a priori do que hoje vivenciamos como *globalização*, regulando-o ao sistema capitalista e adiantando variáveis que poderiam atingir o posicionamento dos Estados assim como seu poderio, deixando de ser um cenário local e fechado para outro onde a dependência entre eles demarcaria suas relações (DUARTE,2000, p.197). A importância desta percepção deriva dos estudos históricos de Mackinder sobre a realidade europeia e a probabilidade de que o fenômeno da conexão dos meios de comunicação seria um instrumento chave na expansão da política Estatal, bem como a dedução do avanço tecnológico, como afirma Mello em sua obra.

A ascensão da Inglaterra e a instauração da *Pax Britannica* no sistema internacional representaram o coroamento dessa época de ouro do poder marítimo. As últimas décadas do século [XIX] foram marcadas pelo advento das novas tecnologias que potencializaram o sistema de transporte terrestre: a invenção da locomotiva e a construção das ferrovias. O transporte ferroviário conectou vários espaços interiores entre si, estabelecendo também a ligação destes com as regiões costeiras de cada continente. [...] sua velocidade encurtava no tempo e no espaço as enormes distancias continentais (MELLO,1999, p. 50, grifo do autor).

Esta interpretação permitiu examinar as críticas do realista Aron ao ter condenado o paradigma mackinderiano por sua ineficiência dada a época à que foi colocada em prática. No entanto a transcendência do pensamento analítico do geógrafo inglês obtêm seu mérito para Mello ao enfatizar a capacidade de obter uma *neoformula* mackinderiana na qual manter-se-ia seu conteúdo normativo da teoria porém seria alterada sua contextualização em base ao caráter descritivo do conceito (DUARTE,2000, p.199). Esta conclusão serviu de sustento para os diversos acontecimentos pós Segunda Guerra Mundial onde Mello além da globalização, salienta que as rivalidades geopolíticas tradicionais são compreendidas por meio do confronto mackinderiano entre o poder marítimo e o poder terrestre visto na história com os exemplos anglo-francês, anglo-germânico, anglo-russo e o mais contemporâneo, o americano-soviético. Outro conceito do geógrafo inglês que para Mello mantêm sua vigência é o *Midland Ocean* o qual resgata a consideração de sua aplicabilidade em tempos atuais. Para Mackinder, esta formulação apontava as potências que representam o poder marítimo ocidental, geograficamente representaria a bacia do Atlântico Norte.

Esse impacto na nova geografia do poder mundial apresentado nos textos de Duarte (2000), abrange a afirmação de Itausso Mello da importância da região norte no deslocamento de poder atual contemplando a vigência dos termos *Heartland* e *Midland* por se tratarem de uma delimitação precisa tanto geográfica quanto política, suplantando os utilizados até então; continentalismo e oceanismo. É imprescindível para Mello a capacidade de adequação dos conceitos mackinderianos para os fatos da atualidade, fazendo questão de defender seu intuito em sua obra ao se justificar:

A despeito do colapso do sistema bipolar da Guerra Fria, em 1989-91, nada parece indicar que o conceito de *Midland Ocean* tenha caducado ou perdido algo de sua atualidade. O fato é que mesmo depois da desagregação do bloco socialista, da desativação do Pacto de Varsóvia, e da desintegração do império continental eurasiático, o Atlântico Norte permanece ainda como o eixo estratégico do império oceânico do Ocidente. Caso o eixo econômico mundial venha a se deslocar do Atlântico para o Pacífico no próximo século, o conceito do *Midland Ocean* poderá conservar sua atualidade (MELLO, 1999, p.216).

Certamente, ao objetivar a contemplação da geografia, da política e do dinamismo do Sistema Internacional, a possibilidade da ascensão de novos atores a

través das fórmulas de Mackinder mostram-se presentes na pesquisa de Mello. Como tal, ao abordar os territórios euroasiáticos em seu papel histórico certifica-se o protagonismo da China no processo de deslocamento do poder do Atlântico para o Pacífico. Com isto, a transição do cenário atual se daria a partir do reconhecimento do peso da região asiática desde o investimento ocidental nos países denominados de “Tigres Asiáticos” desde a Guerra Fria (DUARTE, 2000, p.199).

O papel dos Estados Unidos é emblemático nos conceitos mackinderianos demonstrando a contemporaneidade dos mesmos e destacando sua atuação estratégica durante a Guerra Fria para com a Eurásia (MELLO, 1999, p.215). No entanto, Mello faz questão de acrescentar a esse reordenamento de poder mundial novos atores locais que irão ser centrais no que tange a luta entre oceanismo-continentalismo deste século, evidenciando os movimentos e capacidades que neste caso, a Rússia e a China vêm acumulando por meio de seus posicionamentos políticos como da intervenção nos eventos conflituosos na Chechênia e na Ucrânia por parte da Rússia ou o papel da China na mediação no sudeste asiático com as Coreias, precisamente em momentos tensos no que tange à desnuclearização desta península.

[...] o gigante chinês poderá despontar no terceiro milênio como potência anfíbia da frente leste eurasiática. Nesse cenário [também previsto por Mackinder], a China seria simultaneamente poder continental e oceânico, posição que a Rússia, enclausurada em seu isolamento mediterrâneo, jamais chegou a atingir (MELLO, 1999, p.222, grifo do autor).

Mesmo sendo tema de um dos próximos capítulos deste trabalho, é relevante considerar os sucessivos acordos político-econômicos que foram e estão sendo estabelecidos na Ásia, liderados pela aproximação sino-russa desde o advento de Vladimir Putin. É fundamental também destacar a concordância da política externa de ambos países ao apontar ao multilateralismo por meio de Organizações regionais. Esta tentativa de subtrair gradualmente a interferência das decisões dos Estados Unidos na região, concerne com a expressão de Duarte (2000, p.198) “A supremacia americana no mundo dependeria, portanto, de não errar na movimentação das peças nesse tabuleiro geoestratégico”.

À luz dos conhecimentos mackinderianos empreendeu-se a través das contestações da obra de Itaussu Mello uma nova linha de interpretação sobre a

validação geopolítica do memorado geógrafo britânico tendo em vista a mudança na conjuntura e na época as quais serviram de motivações para sua teoria do *Heartland*. Ao lhe outorgar uma ótica distintiva aos conceitos, Mello se rege ao longo de suas fundamentações por a interpretação de sistema global fechado, determinismo geográfico e o confronto entre oceanismo e continentalismo (DUARTE, 2000, p.196).

1.1.1 Relação entre o *Heartland* e o *Rimland*.

A rigorosa análise de Mello (1999), não tem por base somente o autor Mackinder pois acrescenta uma relação com outros autores destacados na temática, sendo um deles o norte americano Nicolas Spykman (1893-1943). Os preceitos mackinderianos serviram de influência para este autor mais contemporâneo que na área da estratégia mundial construiu suas táticas de contenção objetivando em contraposição à Mackinder que intercedia pela Inglaterra, a vantagem dos Estados Unidos.

Seguido ao término das duas grandes guerras do século XXI, compreendeu-se a passagem do poderio alemão que durante o período do conflito apontava à dominação do território russo. Desta forma a Alemanha passaria a ter o controle do *Heartland* conhecendo os benefícios que tal superfície pode conceder segundo os conhecimentos de Mackinder, tendo a aquisição dos recursos minerais, planícies que facilitam os deslocamentos por terra assim como uma dificuldade de acesso às potências oceânicas. Este reerguimento da Alemanha provocou a implementação deste país como *Estado-Pivô* juntamente à própria Rússia ocasionando o que foi interpretado como eixo Berlim-Moscou (ROCHA; ALBUQUERQUE, 2014). Este cenário foi rebatido com a derrota alemã no final da Segunda Guerra Mundial ocasionando que a Rússia como nova potência adquirisse o total controle do *Heartland*, configurando novos movimentos geoestratégicos durante a Guerra Fria. O início deste período político-ideológico ocasionou uma corrida pelo domínio dos territórios correspondentes à Rússia e aos Estados Unidos, arquitetando para o geógrafo estadunidense uma nova configuração de forças no Atlântico e no Pacífico.

Spykman, utilizando-se da teoria de contenção mackinderiana recorre a uma análise crítica desenvolvida em torno ao histórico da região, considerada gênese do controle mundial da potência que conseguisse obter seu domínio. Sem pretender um aprofundamento das diversas variáveis citadas por Spykman em uma das suas obras, este tópico centra-se no posicionamento da teoria do *Rimland* ao avassalar as pretensões dos Estados Unidos na mesma região euroasiática acolhida por Mackinder porém em uma conjuntura de forças de poder diferente.

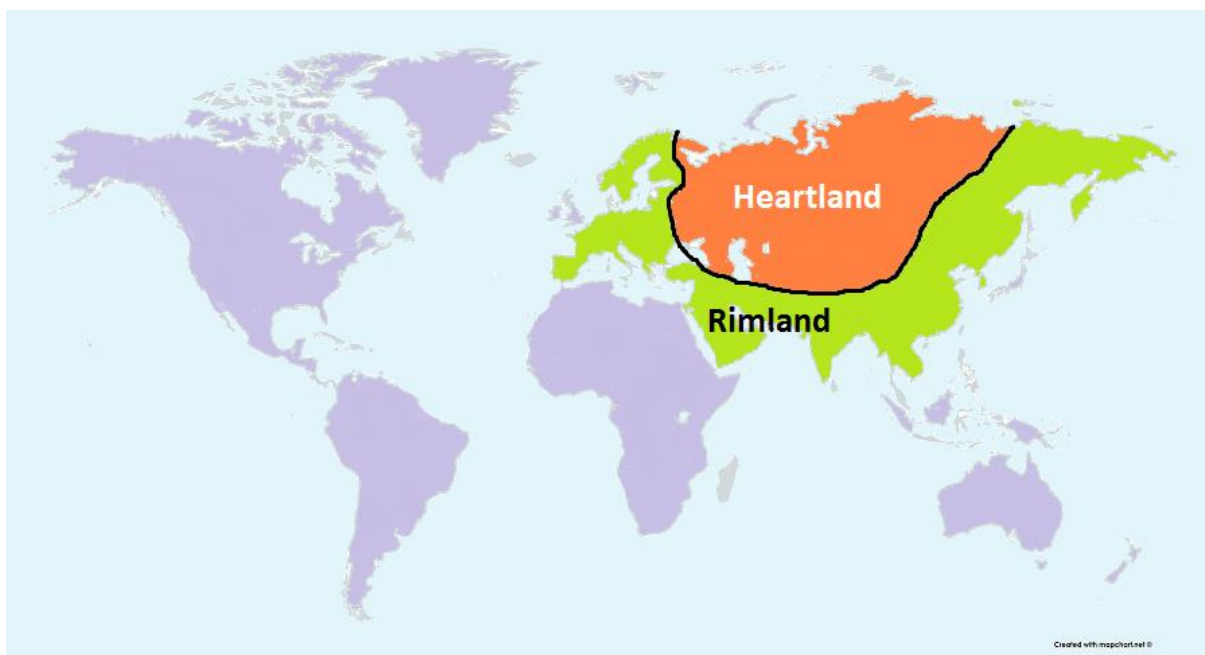
O período entre guerras deu origem ao conceito *Rimland*, acolhido pela necessidade de contenção ocidental liderada pelos estadunidenses e dando sustento à posição intervencionista da política externa deste país ao objetivar um plano contra o imperialismo japonês no Pacífico e o expansionismo nazista na Europa (ROCHA; ALBUQUERQUE, 2014, p.6). Segundo Mello (1999) ao detectar uma modificação da relação de forças, Spykman desenvolve um paradigma que mantivesse a influência dos Estados Unidos no centro da área compreendida pelo seu conceito de *Rimland* a fim de conter esta região por meio de um cercamento da hegemonia naval atlantista.

O *Rimland* da massa terrestre eurasiática deve ser vista como uma região intermediária situada entre o *Heartland* e os mares marginais. Ele funciona como uma vasta zona amortizadora no conflito entre o poder marítimo e o poder terrestre. Com vistas para ambas as direções, ele tem uma função anfíbia e deve defender-se em terra e no mar. No passado, ele teve de lutar contra o poder terrestre do *Heartland* e contra o poder marítimo das ilhas costeiras da Grã-Bretanha e do Japão (MELLO, 1999, p.122 apud SPYKMAN, 1944, p.41).

As oscilações de poder no Sistema Internacional tanto para Mackinder quanto para Spykman apontavam à possibilidade de uma unificação Eurasiática que demarcaria um perigo para as potências anfíbias respaldadas por cada autor (Grã-Bretanha e sua ex-colônia, Estados Unidos) de maneira que ambas teorias forjaram a contenção do mesmo território reunindo a perspectiva histórica e geográfica dos países situados nessa região. Com efeito, alcançaram mesmo que de maneira discrepante, o reconhecimento da capacidade de que os Estados que ocupam as regiões *Heartland* e *Rimland* possuem permanente capacidade de dissuadir forças alheias e erguerem-se mediante a própria força que sustentam. Assim sendo, a conclusão que Spykman constrói remete a frase de Mackinder ao considera-la errônea

quando segundo Mello (1999, p.126 apud SPYKMAN, 1944, p.43) “Quem controla a Europa Oriental domina o *Heartland*; quem controla o *Heartland* domina o mundo é falso. [...] este deve ser “Quem controla o *Rimland* domina a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do mundo”.

Figura 1- Região compreendida pelo *Heartland* e *Rimland*



Fonte: autoria própria

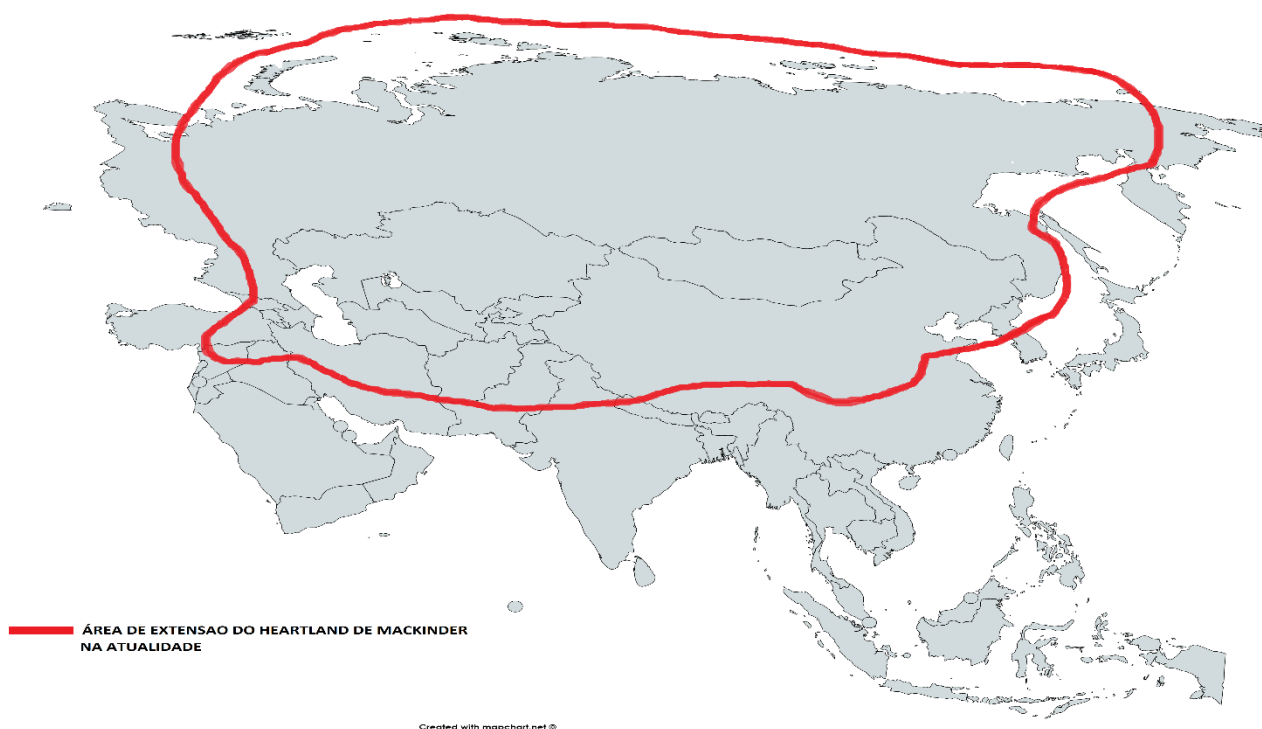
1.2. Estratégias e ambições sino-russas em seus territórios

As linhas de contenção ainda são reais e presentes para o ocidente utilizando-se do poder marítimo, evidenciando a vigência do paradigma do *Rimland*. Após encerrada a Guerra Fria, a permanência do bloco militar entre Estados Unidos e Europa ocidental permaneceu (OTAN) estendendo-se a modo de incorporar o leste europeu, incluindo as ex-repúblicas soviéticas. Em 1991 houve uma atualização na agenda estratégica desta Organização ocidental por meio do documento *New Strategic Concept* que salientou uma movimentação em devida região nesse então. A partir da percepção do poder chinês e suas perspectivas, a OTAN novamente instrui a política externa estadunidense a demarcar novas parcerias estratégica-militares em volta da Bacia do Pacífico. Por conseguinte, haveria o intuito de uma reengenharia

global da OTAN apontando aos aliados europeus a cederem mais poder militar e político compensando a contra-estratégia russa que por meio da diplomacia da barganha energética consegue estabelecer-se na Ásia Central (ROCHA; ALBUQUERQUE, 2014).

No século XXI, reconsiderando as interpretações mackinderianas previstas para o território asiático, persiste a influência do *Heartland* porém desde uma ótica contemporânea, prevendo os movimentos dos principais atores que tem sobressaído nas últimas décadas. Esta percepção é evidenciada pelo estabelecimento da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) no território geoestratégico asiático que protagonizou o incentivo da aproximação regional e a valorização do espaço ocupado pelos países signatários, função manifestada décadas antes pela OTAN com seus aliados no território europeu. O resultado provocado pela liderança da China mediante a instauração da OCX foi um prolongamento da extensão tradicional que até então o *Heartland* ocupava. Contempla-se no mapa da figura 2, que o deslocamento da extensão prevista por tal conceito passa a ser cabível, corroborando o cenário previsto por Mackinder em 1904 de uma possível transformação chinesa que passasse a protagonizar as relações estratégicas eurasiáticas.

Figura 2- Mapa do *Heartland* após mudanças políticas e sistêmicas



Fonte: autoria própria

As coincidências sino-russas nas parcerias estabelecidas tem reforçado o núcleo central do conceito de Mackinder em que por meio da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), assim como as projeções geopolíticas a través da Nova Rota da Seda e a rota petrolífera, o grande espaço eurasiático demarca o avanço do poderio dessa junção. Esta possibilidade se obtém por meio da construção de uma hegemonia benevolente que aponta a manutenção das relações pacíficas entre os vizinhos regionais a fim de respaldar os projetos sino-russos traçados para longo prazo.

Constituiu-se uma aproximação a fim de evitar a concorrência entre ambas potências que antes de disputar espaço definem seus recursos energéticos, questões de segurança, manobras militares e independência econômica em conjunto à procura de uma estabilidade eficiente, necessária na instauração da China como novo Estado-Pivô e da Rússia disposta a afastar o ocidente de seus planos estratégicos a longo prazo (ROCHA; ALBUQUERQUE, 2014).

Segundo Pinto (1997) ocorre uma aproximação pragmática da Rússia onde prevalecem as preferências pela China e suas ex-repúblicas soviéticas as quais estas, desde a dissolução com Moscou mantêm um forte vínculo de dependência econômica, sobretudo no fornecimento de recursos energéticos (DUARTE, 2014, p.84). Esta área de influência ocasionou a continuidade dos intercâmbios desvinculados após o término da Guerra Fria das considerações ideológicas, traçando o perfil atual do Pacífico.

As análises qualitativas realizadas sobre a moldura política asiática apresentam para Pinto (1997) uma demonstração da influência cultural na formulação de um Sistema Financeiro, na percepção quanto as pautas democráticas assim como na discussão de uma agenda própria na área dos Direitos Humanos. Traçando marcadas diferenças em relação aos modelos tradicionais europeus e norte-americanos, esta crescente construção conjunta inclui-se no andamento do sistema capitalista e das práticas de economia de mercado. As mesmas seriam atingidas pela possibilidade de desempenhar um papel independente das práticas ocidentais com

uma clivagem por meio das Organizações regionais que discorrem das demandas asiáticas.

Tais propostas reivindicariam para Barry Buzan (1991) a ampliação do conceito de segurança adotado pela região desde o fim da Guerra Fria, o qual passariam a ser acrescentados os aspectos políticos, econômicos, militares e ambientais para a nova projeção do território. Este aspecto abala os preceitos mackinderianos da extensão e fortalecimento do núcleo central composto pelo *Heartland* (MELLO, 1999).

O próximo capítulo deste trabalho irá abordar a região asiática a partir da instituição da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) sobre a liderança chinesa do presidente Xi Jinping. O capítulo irá apresentar a origem e a funcionalidade da OCX, desenvolvendo tópicos que discorram da transcendência da política externa de China e Rússia através desta organização para o incentivo do multilateralismo regional, contemplando a extensão geoestratégica do território compreendido.

CAPÍTULO II – A ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO DE XANGAI (OCX): UMA PARCERIA ESTRATÉGICA

O objetivo deste capítulo é descrever o processo de consolidação da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) e de sua preponderância na ascensão econômica e política da Ásia Central no Sistema Internacional contemporâneo. Deste modo, se analisa a incidência do cenário político regional no período compreendido pela Guerra Fria para assimilar o processo de aproximação pragmática entre a República Popular da China e a Federação Russa.

O capítulo se divide em duas partes. Primeiramente, uma parte introdutória, que abordará o ambiente regional asiático, político e histórico, responsável por impulsionar a projeção de uma agenda sino-russa durante a Guerra Fria. Para tanto, é apresentado o processo de legitimação da OCX precedendo o encontro que a originou, o grupo Cinco de Xangai. A segunda parte diz respeito à projeção da Política Externa russa e chinesa voltada à nova realidade asiática pós Guerra Fria. O último tópico aborda a primazia do bloco constituído pela OCX nos interesses sino-russos a longo prazo, contemplando a tentativa de consolidação da autonomia da Ásia Central nas decisões internacionais.

O processo de transição do Sistema Internacional iniciado no contexto pós-Guerra Fria delineou um novo quadro estratégico na região asiática incentivando uma aproximação das potências predominantes do até então bloco oriental, sendo elas a República Popular da China e a Federação Russa. Ao assumirem uma posição de liderança mediante o pragmatismo político, por meio de acordos bilaterais e multilaterais, foram traçando uma agenda com características próprias do renovado protagonismo dos Estados asiáticos que o final da Guerra Fria demarcou (FREIRE; MENDES, 2008). O desfecho político com a derrocada da União Soviética constituiu no final da década de 90 o realinhamento dos interesses geopolíticos internacionais voltados para a Ásia Central. A região considerada privilegiada por conectar o Oriente ao Ocidente passa a ser palco de grandes mudanças com a reformulação das ex-repúblicas soviéticas que, após suas independências, têm o desafio de enfrentar a inserção internacional dentro do cenário no novo “grande jogo”. Neste contexto, ocorreu uma aproximação gradual de potências que, ao reconhecerem a riqueza em

recursos naturais deste território, converteriam este novo período em uma acirrada disputa a procura de uma maior influência na região (BORGES; CHARIPOVA, 2010).

A dinâmica do jogo político na Ásia encarou tal desafio, a partir do reconhecimento da parceria por meio da cooperação, de ampliar sua inserção internacional mediante um perfil diferenciado, contrapondo os discursos prevalentes das potências ocidentais. A perspectiva asiática em ascendência é ponderada como “um jogo complexo, central à redefinição geoestratégica em curso” assim como a parceria sino-russa uma rivalidade “intercalada por períodos de cooperação” (FREIRE; MENDES, 2008). A possibilidade de conformação de um bloco sino-russo ocasionou a precaução dentre os planos estratégicos internacionais de países que concentram poder político e influência econômica, como os Estados Unidos, perpetuando sua liderança no Sistema Internacional após o desfecho da Segunda Guerra Mundial.

O desenvolvimento regional colocado como base para a nova inserção do bloco asiático no pós Guerra Fria foi considerado desde princípio como um desafio para a efetivação da agenda russa e chinesa. Conscientes do dinamismo local provocado pela reformulação sistêmica, um dos pilares defendidos desde o começo, foi a implementação de um perfil asiático próprio que trabalhasse no desenvolvimento conjunto impulsionando a cooperação como veículo eficaz de aproximação das nações da Ásia, abrangendo os países economicamente dependentes, vizinhos ao bloco sino-russo (XI JINPING, 2014). Deste modo, as trocas comerciais serviram como mecanismo de aproximação entre os planos Pequim-Moscou ao observar a escassa cooperação entre países em desenvolvimento do entorno asiático.

A possibilidade de associação sino-russa abrangeu afinidades de interesses voltados à região asiática onde as projeções individuais, como a procura pela estabilidade e o controle territorial, passariam a ser representadas em conjunto a fim de incrementar suas influências e consolidarem-se como hegemônias. Estas percepções afins também incluíram as ameaças compartilhadas, como a ingerência norte-americana na região, principalmente no pós Guerra Fria (RODRUÍGUEZ, 2013). Esta incidência, para Freire e Mendes (2008), estaria construindo inconscientemente um cenário de aproximação que os Ministérios de Relações Exteriores russo e chinês

estariam aproveitando através de um pragmático jogo de contenção dupla para enfrentar as adversidades.

A autenticidade da uma aproximação bilateral Pequim-Moscú foi outorgada com a conformação do Grupo Cinco de Xangai em 1996, composto por China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão como mecanismo à procura de resoluções que envolviam as delimitações fronteiriças com os antigos países da União Soviética (FENG,2016). O processo de desmantelamento destes países foram sentidos na Ásia ao encararem diversas problemáticas envolvendo disputas dentre os territórios limítrofes. Com o objetivo de promover um cenário de confiança regional, estabeleceu-se este comitê para a resolução definitiva das fronteiras (RODRIGUEZ, 2013).

O advento de novos Estados na Ásia Central levou às nações mais fortes da região a articulação de medidas para conter as instabilidades nas áreas econômica e de segurança. Posteriormente, a busca pela estabilidade regional adequou-se à necessidade de contrabalançar a influência da projeção norte-americana voltado ao imprevisível espaço asiático do pós-Guerra Fria (VISENTINI, 2015). Segundo Borges e Charipova (2010, p.151) “A cooperação se estenderia mais para o âmbito da segurança, treinamentos militares em conjunto e pelo antiterrorismo.” Os encontros foram denominados extraoficialmente de “Quíntuplo de Xangai”, realizados no prédio construído na década de 50, símbolo da amizade URSS e China. As reuniões foram periódicas até os primeiros cinco anos, cruciais durante a aproximação dos países membros que contaram com a nova liderança russa, a presença de Vladimir Putin. Antes deste presidente, o acontecimento diplomático protagonizado em 1989 que demarcou o princípio de uma assertiva aliança, se centrou na visita de Gorbachev às autoridades chinesas, evidenciando a mudança dos interesses russos, para a região asiática em meio ao cenário de decadência da União Soviética.

Em 2001, com a inclusão do Uzbequistão entre os demais membros, os encontros do grupo foram oficialmente nomeados de Organização para a Cooperação de Xangai (OCX). Após o reconhecimento, obtêm-se uma estrutura com base jurídica, pois até então tratava-se de uma organização meramente consultiva. De fato, não impunha obrigatoriedade no cumprimento dos planejamentos. Ao implementar a

estrutura executiva, a área de interesses foi ampliada assim como o *status* que passaria de fórum para organização internacional regional, exigindo um maior comprometimento dos países envolvidos (BORGES; CHARIPOVA, 2010). O avanço da estrutura é demonstrada ainda pela execução dos projetos mediante dois organismos permanentes, o Comitê Executivo da Estrutura Regional Antiterrorista (RATS) e uma Secretaria com sede na capital chinesa, Pequim (SECTSCO,2018).

O Espírito de Xangai, por se tratar da primeira instituição multilateral iniciada pela China, ao outorgar a gênese da Organização, designou à política externa chinesa um desafio prioritário (FENG, 2016), dando continuidade à política interna da OCX ao reafirmar os fundamentos iniciais, que juntos construíram, em três principais pilares: combate ao terrorismo, separatismo e extremismo, desenvolver um Programa de Cooperação no setor político-econômico e melhorar a cooperação na área de Segurança, apontando a soluções que contestem as ameaças e desafios de segurança regional (XI JINPING, 2014). Estes princípios estão intimamente relacionados com a intenção de atingir a segurança e a estabilidade regional, necessárias para a execução plena do desenvolvimento das relações multilaterais euroasiáticas. Proporcionando ainda, em decorrência das aproximações, acordos que atingem o desenvolvimento cultural, turístico, tecnológico, científico e energético da população de seus Estados signatários.

A relevância da OCX, envolveu desde sua instituição o peso de cada Estado que a compõe, tendo no último ingresso em 2017, de antigos observadores a membros plenos, a República da Índia e a República Islâmica do Paquistão, totalizando oito nações junto à República do Cazaquistão, a República Popular da China, a República do Quirguizistão, a Federação Russa, a República do Tajiquistão e a República do Uzbequistão. O potencial desta instituição se centra também entre os que possuem status de observadores, sendo estes a República Islâmica do Afeganistão, a República da Bielorrússia, a República Islâmica do Irã e a República da Mongólia (SECTSCO,2018).

Figura 3 - Mapa da Organização para a Cooperação de Xangai



Fonte: Stratfor (2018)

Ao considerar os membros em sua totalidade, com a adesão da Índia e do Paquistão, a OCX passa de seis países para oito, representando 45 por cento da população mundial. A OCX ampara a adesão simultânea da Índia e do Paquistão ao servirem de apoio à expansão do potencial da organização, promovendo o seu papel de organismo multilateral na resolução dos grandes problemas atuais da região. Este alinhamento aponta pragmaticamente à defesa da estabilidade, segurança e desenvolvimento sustentável no cenário mundial (CHAN, 2016). A aproximação das nações legitimada pela OCX reúne um conjunto de recursos de poder, além do demográfico, centra-se o econômico, militar e o energético (VISENTINI, 2015, p. 102).

Cada membro é imprescindível dentre os objetivos a longo prazo da Organização, considerando os casos do Cazaquistão e Uzbequistão como possuidores de recursos petrolíferos e aqueles que ocupam o território apto ao transporte da exportação de tais recursos, Quirguistão e Tadjiquistão. Estes dois últimos, possuem parte das rotas importantes para o transporte dos hidrocarbonetos. Com a intensificação harmoniosa dos acordos comerciais, tornou-se imprescindível a aquisição da autonomia na mobilidade da produção asiática, viabilizando a segurança,

o tempo e o custo que a via marítima demanda. Estas projeções representam a abertura da Nova Rota da Seda¹ a fim de aproximar a Ásia à Europa, ampliando o nível de eficiência econômica, tornando as fronteiras em zona de comércio.

Os interesses conjuntos em combate aos “três males” (terrorismo, separatismo e fundamentalismo)² (PAUTASSO, 2012) foram explanados na “Carta dos Princípios” assinada um ano após a mudança em 2001, onde foram considerados todos os objetivos decorrentes das novas demandas que a conjuntura internacional e local exigia da parceria estratégica (BORGES; CHARIPOVA, 2010). A Carta incluiu a declaração dos signatários em esclarecer a postura e finalidade da OCX, ao não dirigir-se contra nenhum país ou organização específica, antecipando interpretações de serem um bloco anti-ocidente ou anti-OTAN³. Tal esclarecimento não determina que se adotem posições, em nível institucional, que sejam contrárias às resoluções dos Estados Unidos ou a própria OTAN.

Em determinados momentos, o posicionamento da OCX não respaldou a atuação estadunidense, exigindo a retirada das bases militares do Uzbequistão em 2005 (VISENTINI,2015). No encontro da cúpula anual em junho de 2018 em Qingdao, o discurso da Organização demonstrou sua oposição aos comportamentos protecionistas dos últimos meses, incitados pela disputa comercial da Casa Branca (RESISTENCIA, 2018). Ao tempo que apelou pelo reforço da multipolaridade e a consolidação efetiva e necessária do bloco asiático, promovendo um programa de cooperação 2019-2021 acordado entre todos os membros (XINHUA,2018).

Ao entender a aproximação estratégica entre as potências da OCX sem conotação de coalizão anticapitalista, a mesma pode ser considerado como um bloco regional que procura revidar os efeitos dos planos geoestratégicos dos Estados

¹ A Nova Rota da Seda, denominada como Belt and Road Initiative (BRI) consiste em um plano de investimentos proposto pela China, englobando 65 países. A BRI é a principal iniciativa de política externa do governo Xi Jinping, resultando em uma visão estratégica para a integração da Eurásia. (KOTZ, 2017)

² Manter a Segurança regional é o elemento-chave sino-russo para atingir o desenvolvimento harmonioso. O terrorismo ligado aos movimentos separatistas presentes na China (Xingjiang) e na Rússia (Chechênia) representam um desafio à desejada estabilidade nacional assim como a preservação da integridade territorial de ambos países (PAUTASSO,2012).

³ Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), conforma uma aliança estratégica político-militar que promove a cooperação em defesa entre os países associados. Assinado em 1949 entre Estados Unidos e nações aliadas da União Europeia.

Unidos, evidenciados desde o término da Guerra Fria. A inusitada aliança entre as nações em desenvolvimento busca consolidar uma alternativa à histórica ligação de dependência econômica em relação às potências ocidentais. Permitindo que a periferia global tenha representatividade junto às organizações regionais. Com efeito a cooperação sul-sul pode fortalecer-se também graças à constituição de organizações como a OCX, IBAS e BRICS⁴.

Tal mecanismo multilateral proporciona uma relação de complementaridade, que no caso da OCX, é estabelecida pela liderança das políticas de China e Rússia demandando benefícios em conjunto a longo prazo com os demais membros. A estratégia utilizada se concretiza mediante a combinação de ações de *soft power* (poder de dissuasão) e *hard power* (poder militar), utilizando-se do agente Estatal como instrumento (RODRÍGUEZ, 2013). Embora seja imprescindível a prioridade de um alinhamento dos perfis políticos entre Pequim e Moscou, as desavenças marcadas por desencontros ideológicos e receios diplomáticos, atingiram a construção da agenda bilateral na gradual aproximação em meio à Guerra Fria.

2.1. Rússia e China e sua transição dentro do Organismo

A política externa chinesa (PECh) com a mudança da conjuntura internacional pós-Guerra Fria encara uma nova etapa de inserção nas relações internacionais com um perfil voltado para o exterior. Esta transição ocorreu simultaneamente à constituição da Organização para Cooperação de Xangai que é a primeira instituição regional da qual China participa e que contempla suas convicções e filosofia refletidas nos princípios do organismo, revelando de que forma a China entende o multilateralismo (FENG,2016). As prioridades para a PECh passaram a abranger metas a longo prazo, traçando uma estratégia global que se sustenta em dois pilares: uma *expansão política* juntamente com uma *penetração econômica*, pilares que ganham contornos próprios dependendo da região de atuação. Ao

⁴ IBAS: Fórum de diálogo entre países emergentes: Índia, Brasil e África do Sul (G3) instaurado em 2003; BRICS: Refere-se conjuntamente à aliança dos países: Brasil, Rússia, Índia, China e Sudáfrica. Estabeleceu-se em 2006 como programa de cooperação econômico-financeira e coordenação política (ITAMARATY,2018).

objetivar uma inserção pragmática em cada continente deve-se levar em conta as diferenças das culturas e perfis políticos de cada país ao traçar acordos (CUNHA; MARTINS, 2011).

As pretensões chinesas na Ásia são afirmadas nos princípios da estabilidade política e da manutenção da economia apontando à defesa de um ambiente regional estável onde possam ser concretizadas as projeções a médio e longo prazo. Desta forma, a OCX é mantida como instrumento de legitimação destas demandas chinesas. A assertividade do *modus operandi* chinês aponta à construção de um regime de segurança regional através do pragmatismo de sua política externa.

Em defesa a seu *status quo*, a PECh preza pelo controle na disputa territorial nos Mares da China e pela questão de Taiwan. Entende-se que se há pretensões na manutenção harmoniosa em território asiático deve-se conter possíveis ameaças na vizinhança. De maneira pragmática, o governo chinês tem construído agendas personalizadas para cada região e país visando a relevância de consolidar uma cooperação em nível regional e desta forma obter gradualmente a confiança de seus parceiros, desconstruindo o perfil de potência avassaladora.

A abrangência da cooperação mediante a OCX sobressai ao considerar um bloco onde juntos, reúnem um quarto da população mundial. Ao conformar um regime em matéria de segurança e assuntos militares denotam um poderio regional suntuoso. Constituindo-se no período unipolar pós Guerra Fria, uma nova arquitetura de segurança mundial que inova na área diplomática por meio da cooperação assertiva entre seus membros, desafiando a hegemonia estadunidense (CHACÓN, 2015).

A complexidade das relações em meio a diversidade dos membros da Organização de Cooperação de Xangai não deixa levada em conta pelo governo chinês na construção de sua agenda, porém as discrepâncias históricas entre seus vizinhos parecem ser mitigadas com o progresso da cooperação pois o reconhecimento de mais vantagens sobre os impasses existentes favorecem as articulações diplomáticas. Precisamente, a Índia e o Paquistão, ao se tornarem membros permanentes em 2017 na OCX, parecem ter amenizado as preocupações sino-russas no que diz respeito às tensões indo-paquistanesas devido à disputa pelo

território da Caxemira, desde a divisão britânica pós Segunda Guerra Mundial (MOREIRA,2012). O poder indiano é sustentado pela supremacia nuclear, sendo importante sua presença na OCX por mostrar às autoridades chinesas a possibilidade de um distanciamento e enfraquecimento da aliança indo-americana na região enquanto a adesão do Paquistão é vista como assertiva, desde a ótica chinesa, para rechaçar a possibilidade de um bloco indo-russo (FREIRE; MENDES, 2008, p.225).

O território ocupado pela República Popular da China de acordo com a teoria mackinderiana, não era considerado relevante demais. Contudo, o século XX caracterizou-se pelo crescente protagonismo desta nação do leste asiático. O poder terrestre foi absorvido pelos chineses como um desafio que seria alcançado em meio à transformação da conjuntura regional e internacional, habilitando a propagação de seu *soft-power* através de seu poderio econômico.

Tal deslocamento se caracteriza pela postura hegemônica benevolente adotada na PECh como perfil para sua inserção voltada ao exterior. O gradual mas constante crescimento econômico possui uma estratégia voltada para a obtenção dos recursos petrolíferos, essenciais na manutenção de sua liderança econômica e tecnológica. Visando a execução de seus planos o governo de Pequim optou pela construção de infraestruturas que integrem a região asiática e expandam sua presença, disputando um espaço juntamente a Rússia e os Estados Unidos sobre a Ásia Central e o Oriente Médio inclusive (ROCHA; ALBUQUERQUE, 2014). A capacidade de transformação e captação de recursos econômicos converte a China no novo Estado-Pivô da Eurásia (MELLO,1999). Esta nova caracterização de potência em ascensão, segundo o teórico Mackinder, como território do *Heartland*, apresentado no capítulo anterior, obtêm uma reinterpretação para a conjuntura contemporânea com um deslocamento da Área-Pivô para o leste da Eurásia.

Os efeitos geográficos com o fim da Guerra Fria para China e Rússia impactaram negativamente sobre a estabilidade social e política regional. A desintegração da União Soviética converteu as disputas fronteiriças num desequilíbrio constante, atingindo a segurança interna dos países. A China precisou considerar seus 22 mil quilômetros de fronteira, compartilhada com 14 países, intervindo com Moscou pelas desavenças provocadas pelos intuitos separatistas em razão da

incorporação dos novos países independentes da ex-república soviética (RODRIGUEZ,2013, p.140).

Para a teoria mackinderiana a posição tímida do território chinês situado no leste asiático, caracterizou-se ao longo do século XX como uma nação fragmentada, incapaz de intimidar o domínio russo e europeu da época. Entretanto, na atualidade a China impõe sua ascensão utilizando-se de suas capacidades econômica e militar com um amplo investimento interno que intensifica a preponderância estratégica do país com intensões de estenderem sua influência na região e no mundo.

A nova geografia do poder terrestre habilitou a possibilidade de redefinir as fronteiras do *Heartland*, tornando suas proporções menos europeias e mais chinesas. Em contraposição ao desenho original de abrangência do mapa mackinderiano, a versão contemporânea inclui a região da Manchúria assim como o Oriente Médio, territórios estratégicos para os planos chineses de longo prazo por serem ricos em reservas minerais, que abasteceriam as altas demandas energéticas do dragão asiático (ROCHA; ALBUQUERQUE, 2014).

A figura que segue do mapa mackinderiano atualizado, demonstra a ampliação da Área Pivô em decorrência do dinamismo das nações ao projetarem suas influências terrestres. Contempla-se a concordância do deslocamento das fronteiras mackinderianas clássicas abordadas no capítulo anterior, com a ampliação do território após a conformação das alianças mediante a OCX.

Figura 4 - Mapa do *Heartland* após deslocamento da Área Pivô através da OCX



Fonte: autoria própria

Quanto a política externa Russa e sua atuação a partir da OCX para a Ásia Central, o início dos anos 90 foi marcado pelo desfecho da Guerra Fria e a virada da realidade da política russa. A desagregação da União Soviética enfraqueceu o posicionamento do bloco oriental assim como sua intervenção nos principais assuntos da esfera internacional em meio ao engajamento da nova ordem mundial. Por conseguinte, o advento do presidente Vladimir Putin aportou à debilitada política externa russa um renovado plano estratégico com o objetivo de reverter o declínio interno que estava enfrentando. Para alcançar a reafirmação russa no plano internacional, Putin reconheceu a potencialidade de renovar sua atuação política. Contudo, para recuperar a relevância externa o líder russo optou por empreender um modelo de reinserção político-econômico mediante o pragmatismo de sua governança para assumir gradualmente um perfil mais independente e realista (FREIRE; MENDES, 2008).

A nova agenda russa adotou a combinação tanto do perfil ocidental quanto do asiático como parte da distinção do que é a nova política russa na atual conjuntura internacional. As áreas de atuação se diversificaram alinhando-se à relevância asiática que a transição das relações do país passou a evidenciar. Com a percepção

da mudança pós Guerra Fria do polo de poder para a região euroasiática, a postura russa passa a se sustentar atendendo a ótica da *realpolitik*. Reforça-se o otimismo de conseguir contrabalançar a ascensão dos demais atores locais, como a própria ascendência chinesa e o potencial da Índia, assim como também reter a progressiva inserção dos Estados Unidos.

De fato, as decisões que passam a ser adotadas com a era Putin são revertidas em pragmatismo e se refletem no aumento do poder interno e na popularidade do presidente. Eventualmente torna-se imprescindível seu interesse em apoiar uma organização regional como a OCX, que desenvolva um perfil asiático e apoie a cooperação das nações, com as quais divide fronteiras, para alcançar uma afirmação regional necessária para seu crescimento interno.

Os objetivos que norteiam a importância da OCX para a política externa russa centram-se não só na esfera política, sendo considerados também pilares da economia e da segurança regional. Apesar da decadência que se impôs com a derrocada da União Soviética, o poderio russo que abrange sua capacidade territorial, populacional e econômica ainda é o maior da região (BORGES; CHARIPOVA, 2010). A contribuição primordial que a OCX proporciona aos interesses estratégicos russos passa pelo caráter fundamentalmente econômico na manutenção dos recursos energéticos regionais (DUARTE, 2014).

Sendo um dos maiores parceiros comerciais dos países da Ásia Central, grande parte das exportações russas pertencem ao setor energético e tecnológico. Na extração dos recursos minérios, é a Rússia que concentra o monopólio do transporte de tais produtos para o mercado consumidor, ocasionando uma vantagem na dependência contínua de seus serviços porém ameaçados ante qualquer tentativa de construção de novos meios de transporte neste setor. Nesse sentido, a fim de romper com a exclusividade russa e assegurar espaço na obtenção de gás e petróleo, a política dos Estados Unidos instigou a construção do gasoduto Baku, situado no Cáucaso do Sul, para transportar petróleo e contornar o território russo (SPUTNIK, 2018). Embora o setor energético ganhe destaque na execução da política estratégica russa a longo prazo, o mesmo será desenvolvido mais detalhadamente no terceiro capítulo deste trabalho.

Outra esfera crucial para a Federação Russa é a segurança. A fim de beneficiar-se da aproximação entre as nações que a OCX proporciona, as decisões russas buscam consolidar um cinturão estratégico ao redor de seu território. Ao verificar o complexo trajeto para a manutenção de seus interesses é importante determinar alianças efetivas que evitem que a região caia sob o controle emancipado de outra grande potência.

Com efeito, uma das prioridades abordadas nos fundamentos da Organização para Cooperação de Xangai é o terrorismo, para o combate do qual, foi criado o Comitê Executivo da Estrutura Regional Antiterrorista (RATS) com sede em Tashkent, capital de Uzbequistão. Tal estratégia regional propiciou para os interesses russos mais um avanço em suas políticas internas que alvejam a defesa em conjunto contra a infiltração de terroristas e grupos extremistas religiosos acusados de provocar instabilidades domésticas. Outro desafio russo é a presença massiva de atividades ilícitas mediante a passagem do tráfico de drogas que tem por origem o Afeganistão mas que, ao serem exportadas com destino à Europa, atravessam o território russo onde é comercializada a maior parte das mesmas. Atualmente este fenômeno é considerado pelo governo russo uma das principais ameaças à segurança interna (BORGES; CHARIPOVA, 2010)

Moscou salienta como parte da realidade da Ásia Central a sua relação com milhões de russos que vivem nos Estados vizinhos já que sua influência demarca a dinâmica dos processos regionais afetando de alguma maneira o futuro de seus conterrâneos. Esta variante é substancial quando se reconhece a grande mobilidade de russos em toda a região que abrange a OCX. As ex-repúblicas soviéticas ainda são dependentes economicamente da Federação Russa, sobretudo no setor energético porém em suas populações concentram-se elevadas porcentagens de cidadãos russos, no Cazaquistão constituem-se 30% do total (DUARTE, 2014), determinando uma relação bilateral diferenciada desde o ponto de vista étnico-cultural.

2.2. Integração regional mediante uma liderança pragmática e a busca pelo multilateralismo.

A proposta de uma Organização regional asiática reivindica a inovação na instituição das novas alianças que se projetaram em meio à hostilidade de uma ordem internacional não-definida. Com a persistência de um jogo político internacional complexo e o perceptível dinamismo dos Estados, ao se tratar de uma transição em curso, a adoção de um comportamento ambivalente se torna a principal característica que a OCX outorga às relações internacionais contemporâneas (CHACÓN, 2015). O posicionamento moderado da Ásia Central perfaz um ambiente de conveniência para as projeções político-econômicas sino-russas, facilitando a criação de políticas que beneficiem e complementem as demandas entre Pequim e Moscou. O cenário regional estável proporciona a condução de políticas pragmáticas e proveitosas, eximindo o uso de ações coercitivas na vizinhança asiática.

A diferença entre os projetos sino-russos de alcance regional e internacional está no *modus operandi* que cada uma reflete nas manobras empregadas. Para a Federação Russa sua política externa disputa com a história recente de uma nação debilitada que precisa se reafirmar na renovada conjuntura. Como tal, opta por desempenhar medidas assertivas que diferem do perfil chinês, que possui pretensões de expandir sua influência econômica mediante a postura diplomática (FREIRE; MENDES, 2008).

Após séculos de intervenção colonial, o século XXI enfrenta o processo de transformação múltipla impactando as estruturas internas e a posição da Ásia no Sistema Internacional. A parceria estratégica sino-russa enfrenta obstáculos para poder concretizar seus interesses conjuntos pois estes se encontram submetidos a um ambiente internacional incerto, onde suas decisões são influenciadas também pelos fatores externos.

Ao mesmo tempo, a bilateralidade sino-russa caracteriza-se por uma constante posição defensiva que restringem as possibilidades de criação de uma agenda ofensiva. Isso se explica tanto pelas condicionantes internas quanto pelas externas, fatores que ambas potências regionais devem considerar no momento de

aplicar uma assertividade. Este cenário foi evidenciado no discurso do presidente chinês na 13ª reunião do Conselho de Chefes dos Estados Membros da OCX:

As “três forças” do terrorismo, separatismo e extremismo ameaçam a segurança e a estabilidade desta região, assim como o tráfico de drogas e crime organizado transnacional. A crise financeira internacional causou diferentes graus de dificuldades econômicas para os países da região, deixando-os em um período de adaptação e recuperação. Desafios como esses são mais do que qualquer país pode lidar sozinho. Devemos, portanto, melhorar a cooperação e nos unir para nos tornarmos mais fortes (XI JINPING, 2014, tradução nossa⁵).

As mudanças estruturais com o fim da bipolaridade nos anos 90, propiciaram a promoção de autonomia asiática. Esta nova conjuntura desenvolveu a política de barganha, que no caso sino-russo, maximizou suas capacidades de contrapor o poder da potência hegemônica, os Estados Unidos (RODRIGUEZ, 2013). Contudo, esta atitude estrategista não deve ser interpretada como anti-estadunidense e sim como um esforço simultâneo de ascender o domínio das potências locais ante a penetração de qualquer Estado hostil aos interesses pragmáticos sino-russos.

A lógica da política externa voltada à Eurásia aponta a concretização de expandir o comércio através do *soft power* energético e cultural que por meio da Organização para Cooperação de Xangai impulsiona seu modelo mundial e multilateral para futuros Organismos questionando o modelo da atual ordem unilateral (FENG, 2016). Para a China e Rússia, assim como os demais membros, a criação e evolução da OCX é considerada um dos acontecimentos mais marcantes ao contemplar, por meio desta, a maioria de suas demandas e ambições (BORGES; CHARIPOVA, 2010).

Impulsionar os investimentos entre os membros que possuem economias mais frágeis e dependentes é um mecanismo que incentiva a intensificação das aproximações. A existência da supremacia dos interesses sino-russos no estatuto da OCX, mesmo que sejam decisões tomadas em consenso, entre os Estados menores da Organização persiste a desconfiança em relação às possíveis intenções

⁵ “The “three forces” of terrorism, separatism and extremism all pose threats to the security and stability of this region as do drug trafficking and transnational organized crime. The international financial crisis has caused varying degrees of economic difficulties for countries in this region, leaving them in a period of adjustment and recovery. Challenges such as these are more than any one country can handle alone. We must therefore enhance cooperation and unite to become stronger”.

expansionistas de tais potências. Eliminar ou mitigar tal desconfiança não é uma tarefa fácil pois os membros na OCX diferem em tamanho, população, economia e cultura. Os desafios na manutenção desta instituição regional exigem grandes comprometimentos. Talvez isso possa explicar porque a China investiu muito esforço, tanto político quanto financeiro, no estabelecimento, expansão e institucionalização da Organização de Cooperação de Xangai (FENG, 2016).

A primazia da OCX entre as projeções sino-russas a longo prazo se espelha no elevado custo de investimento de ambos governos para a manutenção de um sistema multilateral regional. Considerando as implicações que uma instituição multilateral pode suscitar ao apontar a integração de diversas nações, considera-se um desafio a extensão dos projetos bilaterais sino-russos para os demais países do entorno. Para sustentar o multilateralismo como estratégia política, a aproximação regional entre os Estados asiáticos se legitima mediante a criação de instituições locais.

A obtenção gradual da confiança sino-russa ainda é desafiada pela antiga aspiração russa de abrir passagem pelo sul do Cáucaso e ter acesso aos mares quentes do Índico. Para tal fim Moscou procura auxiliar nas desavenças domésticas do Irã e do Paquistão, pois estes países compreendem o território da franja costeira euroasiática definido como o atual *rimland* russo abordado no capítulo anterior (ver Figura 4). Como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Federação Russa vetou a proposta de sanções mais assertivas contra Teerã apresentadas pelos países ocidentais. Desta forma, se empenha em manter seu histórico apoio ao regime sírio de Bashar Al-Assad.

A relação sino-russa atravessa diversas fricções ao tentar simultaneamente obter a preponderância asiática, tanto marítima quanto continental. A conjuntura política desde a ascensão do presidente Donald Trump se encarrega de dar continuidade ao jogo político e de aproximar as relações sino-russas ao perceber um declínio do poder norte-americano.

Ao longo deste capítulo, foi apresentada a importância da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) como organização canalizadora da cooperação da Ásia Central e responsável pela mudança pragmática das decisões da Política

Externa sino-russa. Após sua legitimação como bloco, esta instituição encontra-se em pleno crescimento. À procura da obtenção de autonomia e inserção asiática, a apresentação do próximo capítulo objetiva apresentar um dos pilares propulsores da manutenção a longo prazo da aliança sino-russa, o fator energético. Serão abordados a dependência das potências e a construção de um Regime de Segurança Energético que sustente as ambições econômicas regionais.

CAPÍTULO III – O PAPEL ENERGÉTICO NA AGENDA SINO-RUSSA

Neste capítulo será abordado o papel dos hidrocarbonetos como pilar econômico e político, imprescindível ao considerar as premissas de uma aproximação estratégica regional sino-russa. Em decorrência, será discutida a questão energética asiática como propulsora de um Regime de Segurança Energético desenvolvido na região e legitimado mediante ações pragmáticas da Política Externa da República Popular da China e da Federação Russa.

3.1. Desenvolvimento de um Regime de Segurança Energético asiático

A tentativa proposta por Pequim e Moscou de estabelecer uma integração energética entre ambos países é precedida pela conjuntura pós-Guerra Fria que incentivou a criação de uma agenda estratégica bilateral através do desenvolvimento simultâneo de organizações regionais em território asiático. Os interesses a longo prazo compartilhados bilateralmente entre a República Popular da China e a Federação Russa se estabeleceram em função dos objetivos políticos e geoestratégicos que objetivam a estabilidade regional.

O crescimento das economias assume papel decisivo no reordenamento do sistema internacional. Com a consolidação do capitalismo, a procura pela manutenção das fontes energéticas transformou-se numa corrida indispensável das principais potências. Segundo Pautasso (2012) a importância do petróleo na economia dos países remete à segunda Revolução Industrial, na Inglaterra do século XVIII, onde este recurso fóssil se torna base fundamental da economia moderna. O reconhecimento do impacto de sua utilidade provoca que exploração e apropriação deste recurso se torne o núcleo da questão energética entre os países de todo o mundo.

A utilidade outorgada ao petróleo passou a atingir as esferas econômicas e políticas dos Estados. No campo econômico, a importância desta *commodity* é crucial na obtenção de recursos financeiros provenientes do dinamismo industrial, que passa a depender diretamente deste insumo. O ciclo de acesso se completa com o crescimento paralelo dos grandes investimentos, vindos dos principais demandantes, como o setor de transportes e seus avanços, após ter incorporado

materiais derivados do petróleo na elaboração.

Para a esfera política, a questão energética se torna uma variável nos acordos diplomáticos e condicionante na soberania das nações e de suas forças armadas. Diversas atuações na política internacional do século XX decorreram da disputa pelo petróleo, legitimando intervenções militares e escavações subterrâneas (PAUTASSO, 2012, p.103).

O desenvolvimento acelerado das trocas comerciais chinesas após a década de 1970 se reflete na melhora das condições de vida da população que acabam atingindo diretamente a demanda por energia primária⁶ a fim de resguardar este processo de ascensão econômica. A partir desta década, a China desenvolve seu crescimento, convertendo-se na economia mais dinâmica desde então, projetando uma relação direta entre seu crescimento econômico e a manutenção dos recursos energéticos.

A dependência de hidrocarbonetos possui a finalidade de garantir a fabricação de produtos de alta tecnologia (CUNHA; MARTINS, 2011) e manter seu ritmo de modernização. Com o processo de industrialização e a tendência das economias dos demais países a fixarem seus crescimentos sobre o consumo energético, a desigualdade dos recursos fósseis passa a ser uma problemática em nível mundial, já que a oferta não corresponde à demanda efetiva.

Tratando-se de uma matéria prima escassa e limitada, é imprescindível considerar o impacto da crescente demanda chinesa pelas *commodities* energéticas no aumento de sua participação regional e internacional à procura de restringir sua vulnerabilidade no mercado mundial de energia (DELGADO; FEBRERO, 2017).

A relação energética entre a Federação Russa e a República Popular da China tem se tornado aspecto fundamental para a política de segurança nacional nas últimas décadas do pós-Guerra Fria (SILVEIRA, 2009). A demanda por *commodities* energéticas, está associada ao descompasso existente entre o aumento progressivo de sua importação com o dinamismo da produção mundial, assim como a preocupação com a diminuição das reservas existentes. Os países que integram a

⁶ Se denomina energia primária às fontes de energia encontradas na natureza. Corresponde ao estado dos recursos naturais antes de serem transformados, isto é, o processo de conversão antes de serem subministrados ao consumidor final. As fontes primárias são o petróleo, carvão, gás e urânio ou hidráulica, eólica, solar e biomassa.

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁷ se caracterizam pelo seu desenvolvimento e suas economias de PIB elevado. Por conseguinte, sustentam suas economias no consumo de mais de 85% dos recursos energéticos fósseis. O 69% do uso de carvão mineral é consumo da China, que possui esta preferência perante o petróleo (PAUTASSO, 2009).

A incorporação às estruturas econômicas globais dos produtos primários tem subestimado o suprimento energético, tornando-se uma questão crucial entre os países que aspiram pelo crescimento econômico e a estabilidade política. A insegurança na obtenção dos recursos petrolíferos é a causa contemporânea do reforço à necessidade do planejamento de um sistema de segurança voltado ao setor energético (PAUTASSO, 2009). No caso chinês, a inserção econômica internacional e a qualidade de vida doméstica são contidos pelo grande consumo interno de energia. Em razão disso, suas reservas com o tempo regrediram, impactando diretamente em seus planos de autonomia econômica.

Embora os investimentos chineses em exploração e pesquisa sejam grandes, os mesmos não tem acompanhado o índice de consumo. O Presidente Xi Jinping se comprometeu em investir 250 bilhões de dólares em projetos de abastecimento energético, valores voltados apenas para a América Latina e o Caribe (DELGADO; FEBRERO, 2017, p.8). Da mesma maneira que a estabilidade política do país oriental é desafiada, seu governo aplica medidas de contenção em dois grandes eixos. Por um lado, o suprimento no mercado internacional das fontes energéticas (carvão mineral, petróleo e gás) através de uma diplomacia pragmática que amplie e diversifique os países fornecedores. Como complemento dessa ação, o governo decide trabalhar na ampliação da matriz energética alternativa, com base nas fontes renováveis e sustentáveis (SIQUEIRA, 2010). Nesta direção, foram incorporados a utilização de energia eólica e solar na busca pela eficiência e na tentativa de combater o problema energético-ambiental (PAUTASSO, 2009) causado pelo uso intensificado a longo prazo dos agentes fósseis poluidores.

⁷ Fundada em 1961, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) agrupa 36 países membros e tem como missão promover políticas que melhorem o bem-estar econômico e social das pessoas em todo o mundo. Acessado em: <<https://www.oecd.org/centrodemexico/laocde/>>

A emergência das empresas chinesas no mercado energético aponta à priorização da Ásia Central como instrumento decisivo no “jogo petrolífero”. Diante do reconhecimento da geopolítica do petróleo na região, ocasionada pela produção e mobilidade dos hidrocarbonetos, gera-se um cenário que oferece desafios e oportunidades para a relação sino-russa à medida que aumentam os interesses regionais e internacionais nos recursos fósseis disponibilizados. A assimilação das economias internacionais demandantes ocasiona o aumento da vigilância frente posicionamentos diplomáticos e militares que impliquem alguma ameaça de tensão no território asiático (PAUTASSO, 2009).

A posição geográfica da Ásia Central e o Mar Cáspio é o cenário contemporâneo de confrontação dos grandes interesses das principais potências. A aproximação sino-russa no âmbito energético foi resultado da combinação de variáveis complexas que se concentram no epicentro de suas ambições estratégicas a longo prazo. Estas variáveis impulsionam a extensão da política externa sino-russa para as três ameaças operantes na região que discorrem entre o terrorismo, separatismo e extremismo. Logo, a China como poder emergente e a Rússia com sua diplomacia que visa recuperar protagonismo, evidenciam interesses conjuntos de contenção na interferência militar estadunidense. Operações alheias presentes em território centro-asiático envolvem as rotas e as reservas de escoamento petrolífero, reprimindo a manutenção dos suprimentos energéticos chineses ao possuir uma articulação militar que se estende em lugares estratégicos tais como os acessos ao Canal de Suez, Mar Vermelho, Mar Negro e Mediterrâneo.

Figura 5 - Mapa dos principais oleodutos que atravessam território russo



Fonte: Yorokobu (2014)

A Figura 5 apresenta parte da grande estrutura que compõe a distribuição dos oleodutos presentes no território asiático. A importância dos gasodutos e oleodutos é inquestionável como fórmula para abastecer os países, sendo fonte de ingressos econômicos para os distribuidores. Deve-se considerar que parte do gás e do petróleo é transportado através de meios terrestres. Outra considerável quantidade se exporta via marítima em barcos, como é o caso da exportação de material cru.

O território continental asiático é atravessado por uma imensa estrutura constituída por tubos de aço grossos que transportam milhões de metros cúbicos de gás e petróleo. Boa parte dos recursos energéticos fósseis se concentram no Oriente Médio, no que se refere ao gás, sua produção é repartida entre outros países (XINHUA, 2017).

Enquanto o traçado reflete, em diversas ocasiões, as relações estratégicas entre os países, para o especialista em Recursos Energéticos Mariano Marzo a importância dos gasodutos russos em nível regional e internacional, os que mais exigem o acompanhamento do governo de Putin são os que partem da Sibéria e abastecem toda a Europa. Estes são os mais extensos e demandam o cuidado tanto da distância percorrida quanto do volume do fluxo transporta. É importante destacar o jogo político que se produz sobre a distribuição dos oleodutos na região assim como

a defesa dos mesmos como primazia da diplomacia dos países (YOROKOBU, 2014). Nos últimos anos as convicções dos governos de Xi Jinping e Putin têm demarcado uma agenda específica e pragmática voltada à defesa dos recursos fósseis regionais além da contratação de novos mercados que assegurem a extração e distribuição dos hidrocarbonetos.

3.2. A Política Externa como suporte para a obtenção e manutenção dos hidrocarbonetos

A nova dimensão diplomático-estratégica, associada ao dinamismo econômico, propiciou a aproximação sino-russa dirigindo todos os encontros oficiais e integrando a visão de ambos países para reunirem esforços e ampliarem a capacidade de um recurso escasso e limitado como é o recurso fóssil. Por sua vez, a Rússia sendo um dos maiores exportadores de petróleo obtém o apoio emblemático da China, que possui um modelo de inserção internacional próximo ao russo, visando a cooperação.

A China tem como uma de suas principais prioridades nos últimos anos a busca por matérias primas e recursos energéticos, de forma a manter um crescimento econômico sustentado. Tornou-se um país que passou de pequeno produtor em algumas regiões para máximo consumidor, após a implementação da produção interna de tecnologia de ponta (XINHUA, 2017).

Em meio a um cenário de transição, onde se renovam continuamente as alianças, tornou-se indispensável para a China assegurar seu modelo de inserção internacional mediante a contenção regional como primeiro objetivo. Esta atitude viu-se refletida na mudança da sua Política Externa que passou a traçar um novo projeto que possa conter os grandes investimentos com os demais países. Para consolidar a ascendência na Ásia, o plano apontou para que a China evite a confrontação política interna e externa, mantendo um perfil discreto para ampliar o número de parceiros e evitar qualquer possível isolamento. Em troca de um ambiente harmônico com seus países parceiros, a China investe em oferecer cooperação de base e construir grandes infraestruturas na região. Este país aponta realizar investimentos para a emancipação econômica do continente e atua em conjunto com as organizações internacionais para desenvolver a região em conjunto como proposta

de manter o equilíbrio das relações. A China, em compensação, procura mercados que abasteçam sua necessidade de alimentos, energia, matéria primas, mercados e apoio político (VISENTINI, 2015).

No lado russo, o setor do petróleo contribuiu decisivamente para a recuperação econômica do país. Após a ascensão de Putin, eleito no ano de 2000, a recuperação do setor energético tornou-se central para impulsionar a reconstrução de sua economia. Uma forma de iniciar o processo foi a decisão de neutralizar o poder das oligarquias. Como medida paliativa, o Estado assumiu, em 2005, o controle da Gazprom, antigo ministério soviético de gás, que tinha sido privatizado em 1992. Como alternativa aos clássicos mercados europeus, a China tornou-se um grande sócio do mercado do petróleo e gás russo, mostrando que o interesse russo para com a China superou o de períodos anteriores.

Ao adquirir novos sócios, a Rússia protagonizou sua atuação no mercado externo, regional principalmente, mediante barganha através da abundante disposição dos recursos energéticos. Estes se tornaram um importante instrumento de poder diplomático, compensando a fragilidade econômica do país após a desintegração da União Soviética. O aumento da popularidade de Putin é determinado com as novas manobras impostas sobre a política energética para as grandes potências.

São os hidrocarbonetos que tem posicionado a Ásia central em uma posição privilegiada no cenário internacional e regional porém, se há oportunidades geradas pelas reservas dos recursos energéticos fósseis, também há a ameaça de tensões diplomáticas e militarização do território (VISENTINI, 2015). Estas são contidas com o intenso trabalho em conjunto através de investimentos milionários visando legitimar instituições em todo o território Eurasiático.

As relações sino-russas no campo energético são complexas, condicionadas pela complexa estrutura combinada pelos oleodutos e pelos acordos multilaterais de Pequim e Moscou na região. Mesmo assim, a relação tem alcançado êxito ao recompor as relações dos países na região com o intuito de que grandes potências devem contribuir em conjunto para a obtenção de grandes projeções a longo prazo, com o objetivo de

O próximo capítulo irá concluir a discussão deste trabalho sobre a

interação dos diversos interesses sino-russos a fim de combinarem suas agendas à criação de um novo ator no Sistema Internacional, a Eurásia. Iremos apresentar os dois maiores projetos liderados por Pequim e por Moscou que visam impactar a realidade comercial e a inserção econômica. A aliança sino-russa procura a legitimação de um bloco econômico autônomo que institua a segurança dos projetos a longo prazo de ambos governos e insira, mediante a participação em conjunto dos demais países da região, uma renovada proposta em defesa da abertura do comércio, da cooperação e da multipolaridade como nova forma de estabelecer acordos. Irá ser discutido a projeção da União Econômica Euroasiática e da iniciativa O Centurião Econômico da Rota da Seda como principais pilares contemporâneos para a ascensão do poderio da China e da Rússia.

CAPÍTULO IV - UNIÃO ECONÔMICA EURASIÁTICA (UEE) E O CINTURÃO ECONÔMICO DA ROTA DA SEDA - BRI (The Belt and Road Initiative): uma alternativa à independência econômica regional

O objetivo deste capítulo é a apresentação de dois dos principais projetos a longo prazo, planejados pelos governos de Vladimir Putin e Xi Jinping: a União Econômica Euroasiática e o Cinturão Econômico da Rota da Seda. Trata-se de um trabalho em conjunto entre os países euroasiáticos que visam a cooperação e o desenvolvimento integrado de suas economias. Cada instituição possui a liderança da República Popular da China e a Federação Russa. Ambas propostas pretendem, a longo prazo, intensificar a integração econômica, política e social dos países signatários, incluindo a melhora na qualidade de vida de suas populações. Frente ao estabelecimento de um bloco regional Euroasiático, a economia mundial encararia um novo ator internacional de grande impacto. O peso dos líderes de ambas propostas somado à força em conjunto de ambos blocos ocasionaria o fortalecimento da geopolítica do território compreendido.

O presente trabalho irá discorrer entre a origem e funcionalidade de ambos projetos asiáticas, apresentando-as no primeiro tópico. Com a ascensão e o comprometimento econômico-político, ocasionado pelas relações entre os novos sócios e aliados regionais, o tópico seguinte irá retratar a eventual oportunidade de alcançar uma unificação entre a UEE e o BRI, processo que estabeleceria uma nova conjuntura econômica e geopolítica para a Ásia, impactando as relações internacionais de Pequim e Moscou. Para encerrar será apresentado, no último tópico deste capítulo, a iniciativa de Xi Jinping e Vladimir Putin de estabelecer a prolongação de seus mandatos e a repercussão que trará a permanência dos líderes políticos nos projetos conjuntos de ambos países.

4.1. Origem e funcionalidade da UEE e BRI

O Sistema Internacional é caracterizado pela transição das relações internacionais. Tal transição aprofundou-se após o desfecho da Guerra Fria

moldando-se em um perfil de intercâmbio econômico e político em defesa da regionalização. Tal aproximação parece ter construído, de forma gradual e contínua, uma integração por meio da composição de blocos regionais, amparados pelos interesses e necessidades compartilhados em conjunto (ARANCÓN, 2015). Logo, o fenômeno da globalização introduziu a aceleração das trocas comerciais, intensificando a movimentação econômica das nações e promovendo a diminuição das barreiras transfronteiriças. Em consequência disso, o auge destes processos acabou predominando certa imprevisibilidade das relações entre os países, causada pelas grandes diferenças entre as capacidades de inserção e promoção que as trocas internacionais exigem.

Os blocos regionais legitimados em uma organização, podem se caracterizar pelo contraste que existe entre os membros que o integram. Segundo a análise de Arancón (2015), os Estados que integram uma organização regional, considerados como mais desfavorecidos, seja pelo seu poderio econômico ou pela capacidade de barganha política que possuem, visualizam o fato de integrar um bloco econômico como uma oportunidade para obter amparo político e novos parceiros comerciais. No entanto, os Estados de maior potencial usufruem da construção de blocos regionais como uma oportunidade para canalizar seus interesses políticos e econômicos a longo prazo. Este aspecto supõe a obtenção de domínio ou controle sobre seus vizinhos signatários do acordo. A liderança de uma nação sobre outra ou da liderança dentro de uma organização, demanda as capacidades disponíveis de *hard power* e *soft power*⁸, utilizados através da política externa do país.

A existência de blocos regionais caracterizados pelo protagonismo evidente de um país na liderança dos acordos, percebido nos casos dos Estados Unidos sobre a OTAN⁹ ou da Arábia Saudita na OPEP¹⁰ entre outros, denotam a existência de uma hierarquia implícita dentro do grupo. Para Lira (2015), ao institucionalizar um bloco composto por diversos membros, desiguais entre eles, os princípios e as normas que irão sustentar o convívio e a permanência do acordo

⁸ Termos empregados por Joseph Nye, refere-se a *Soft Power* como o poder de dissuasão do país, por meio de seus valores e cultura propagados no plano internacional. Assim como o *Hard Power*, que se caracteriza pelo poderio militar ou coercitivo, disponível para intimidação de um país perante ameaças externas.

⁹ Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

¹⁰ Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

também irão representar, mesmo que implicitamente, a posição que cada membro ocupa dentro da organização, instituindo uma “lógica interna” da hierarquia do espaço sem a necessidade de evidenciá-lo. A aceitação ou convencimento inconsciente entre os Estados-membros ocorre a partir do reconhecimento prévio das capacidades existentes entre um e outro signatário.

Apesar de que os países que emergem pelo seu poderio sejam mais alusivas as vantagens obtidas dentro do acordo multilateral, os mesmos também devem levar em consideração o compromisso com a manutenção do equilíbrio conjuntural, que dependendo da realidade da região, pode ocasionar problemáticas que irão impactar ou definir a continuidade do acordo. As projeções internas a longo prazo estabelecidas pelas potências demandam como pilar principal, a estabilidade da conjuntura política regional.

Em consequência disso, as potências após o reconhecimento das problemáticas de seu entorno em âmbito doméstico, incentivam a criação de projetos pragmáticos que, para Arancón (2015), demandem a constituição de blocos a fim de reverter os desafios regionais. Determinadas situações, como o permanente estado belicoso dos confrontos sociais e políticos em regiões específicas, transformam-se em empecilho em meio às negociações bilaterais ou multilaterais de cunho político-econômico que as nações envolvidas com os conflitos pretendem alcançar. Esta realidade fomenta as potências à criação de uma organização regional que abranja as diversas problemáticas dos países, atraindo o interesse das nações mais débeis para receber apoio externo na resolução de seus litígios e promovendo a influência das nações mais fortes na região.

A partir da visão de desenvolvimento conjunto propiciado pelos obstáculos regionais e internacionais que as potências enfrentam, no caso a ser analisado de Rússia e China, as mesmas são propulsoras dos maiores projetos contemporâneos que emergem de um cenário regional conflitivo, com grandes desafios em seus entornos, tratando de combater os três principais males asiáticos, o separatismo, extremismo e terrorismo. Assim como também, as mudanças conjunturais provocadas por interesses dos demais blocos de poder dentro do Sistema Internacional.

O reconhecimento da realidade e a projeção para um avanço assertivo, é proposto pela Rússia mediante a criação da União Econômica Euroasiática (UEE) como parte de seu incentivo de promover o multilateralismo e como uma alternativa às demandas comerciais e políticas de sua nação. Este projeto foi assinado em 29 de maio de 2014 e a entrada em vigor do Tratado da União Econômica Euroasiática inicia a partir do 1 de janeiro de 2015.

O acordo obteve a assinatura inicial da Federação Russa, a República do Cazaquistão e a República da Bielorrússia. Atualmente é composto também pela República da Armênia e a República do Quirguistão. Trata-se de uma organização internacional de integração econômica regional, de grandes proporções em território, ocupando uma área de comércio com mais de 20 milhões de quilômetros quadrados e reunindo uma população de mais de 180 milhões de pessoas (EURASIAN COMMISSION, 2018). Considera-se como a primeira iniciativa pós-soviética proposta com a finalidade de retomar o desenvolvimento e a integração de uma região fragmentada, com grandes dificuldades econômicas entre os membros, ocasionada pelas barreiras comerciais existentes (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017).

Figura 6 - Mapa dos países signatários da UEE



Fonte: Asean Briefing

Desde a desintegração da União Soviética em 1991, diversos mecanismos de aproximação regional foram propostos com a intenção de criar alianças político-

econômicas com as novas repúblicas euroasiáticas. Este processo de reaproximação iniciou-se com a criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), seguido da Comunidade Econômica Euroasiática (CEEAA) no ano de 2000. Instituições que precederam e serviram de base para a atual UEE. O processo de reaproximação das ex-repúblicas soviéticas por meio da consolidação de uma organização regional iniciou-se com a proposta do presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev, durante um discurso na Universidade Lomonosov de Moscou, em sua primeira visita à Federação Russa em março de 1994.

A proposta de estabelecer pela primeira vez uma área econômica e política entre as novas repúblicas após a desintegração da União Soviética foi bem acolhida pela Rússia e a Bielorrússia, estabelecendo-se, em junho desse mesmo ano, a publicação do projeto de integração, apresentado oficialmente pelos Chefes de Estado dos três países interessados. A aliança foi nomeada de União Euroasiática. Um ano após este acordo, em 1995, os mesmos países protagonizaram a assinatura de mais um acordo internacional, os mandatários de Rússia, Cazaquistão e Bielorrússia apresentam o Tratado da União Aduaneira (HAZ,2016).

A iniciativa da construção de um espaço de desenvolvimento regional visava a promoção comercial entre os países recentemente integrados no espaço euroasiático. Com o intuito de impulsionar a cooperação econômica entre os Estados signatários foram discutidos os problemas adjacentes às barreiras tarifárias que impediam o fluxo da competência leal entre as trocas. As propostas realizadas a partir deste período favoreceram a aproximação da Rússia com os territórios que pertenceram à sua soberania até 1991. Este período inaugurou a nova relação que se estabeleceria na região e serviu de base para a constituição da atual UEE.

Os anos posteriores ao primeiro acordo de 1994 protagonizaram contínuos encontros entre Rússia e os países da Comunidade dos Estados Independentes. O amadurecimento das relações entre tais Estados foi gradual, optando pela defesa do espaço comercial autônomo que visasse a realidade da inserção às regras do livre comércio, considerando a sensível situação econômica dos países envolvidos. O processo da incorporação de novos Estados-membros foi contínuo ao longo de toda

a década de 90 e de 2000, assegurando o diálogo permanente e o conhecimento das dificuldades reivindicadas por cada país.

Em 1999, na cidade de Moscou, foi assinado o Tratado da União Aduaneira e o Espaço Econômico Único, ratificado pelos presidentes da Federação Russa, República do Quirguistão, República da Bielorrússia, República do Cazaquistão e República do Tajiquistão. Um ano mais tarde, em outubro de 2000, é criada a Comunidade Econômica Euroasiática de Astana, levando o nome da cidade do encontro, capital do Cazaquistão. O objetivo de seu estabelecimento foi previsto meses antes na Bielorrússia durante um encontro dos cinco países signatários. Foi prevista a necessidade de um mecanismo para reforçar a eficácia do funcionamento da União Aduaneira e o Espaço Econômico Único (HAZ, 2016).

A partir do estabelecimento de um plano econômico estratégico na região euroasiática, diversos acordos foram adicionados como complemento dos principais já existentes, apresentados anteriormente. Com a pretensão de aprimorar os intercâmbios, foram assinados acordos específicos que integrassem o espaço econômico considerando além da circulação de bens e capital, a de serviços e mão de obra. Exemplo desta proposta foi o Tratado de Criação do Espaço Econômico Comum, em 2003. A fim de ceder condições mais favoráveis na circulação das mercadorias foi aprovado o acordo da União de Aduanas em 2010, após diversas sugestões desde 2007. Este acordo se estabeleceu somente entre a Federação Russa, a República da Bielorrússia e a República do Cazaquistão. Foi essencial para estabelecer a tarifa aduaneira comum, a diminuição da burocracia nas tramitações e amenizar o controle nas fronteiras. O tratado foi ratificado com a incorporação do Quirguistão em 2011.

As declarações de bom funcionamento dos acordos sugeriu o comprometimento de aprofundar o projeto econômico da Eurásia em um novo nível de integração mediante um novo Tratado. Desta forma, em maio de 2014 foi assinado o Tratado da União Econômica Euroasiática durante uma sessão do Conselho Econômico Supremo da Eurásia. Assinado em Minsk (Bielorrússia) com a participação da Federação Russa, a República do Cazaquistão, a República da Bielorrússia, a República da Armênia e a República do Quirguistão (EURASIAN, 2018).

O plano econômico respaldado pelo atual mandatário russo Vladimir Putin propõe uma adequação coordenada das trocas e o aprofundamento das relações na geopolítica euroasiática. Ao compreender as demandas da conjuntura contemporânea e os interesses com a região, a Federação Russa vislumbrou a necessidade de financiar projetos a longo prazo com o intuito de promover a estabilidade, no caso, através da esfera econômica, para assegurar seu espaço de influência com a obtenção de novos aliados.

A proposta de formalizar uma nova aliança com os antigos sócios da União Soviética é também uma alternativa ao enfraquecimento das relações com os clássicos parceiros, como afirma o especialista em assuntos russos Vladimir Sharijin, é o caso com a União Europeia. Para este, o impulso da Rússia em promover uma zona econômica própria provém do estancamento de antigos acordos com outras potências, definindo o estabelecimento de blocos regionais autônomos, efetivados na América do Sul com o Mercosul ou o Tratado de Livre Comércio na América do Norte (DEUTSCHE WELLE, 2014).

A UEE como organização regional pretende ampliar o nível de competitividade das economias nacionais com o intuito de acompanhar a modernização do desenvolvimento econômico, criando desta forma um crescimento estável que proporcione o bem-estar da população e eleve a qualidade de vida dos habitantes dos países membros (SPUTNIK, 2016). A reconstrução do espaço pós-soviético oferece a articulação das políticas sem a presença de um órgão competente, a diferença da União Europeia que possui uma estrutura mais rígida perante sua atuação. Para Haz (2016) os acordos dentro da UEE são de competência multilateral entre cada sócio, deliberado durante o discurso de Putin em 2014, ao garantir o ajuste da cooperação econômica do acordo sem atingir a soberania estatal dos membros. A aplicabilidade do novo tratado econômico euroasiático não se impõe com o órgão supranacional.

A estrutura dos órgãos da instituição foram estipulados no artigo 8 da Sessão III do tratado. Tratam-se de quatro órgãos principais sendo eles: o Conselho Econômico Euroasiático Supremo, seguido da Comissão Econômica Euroasiática, o Conselho Intergovernamental Euroasiático, e o Tribunal da União Econômica

Euroasiática. A presidência de cada um é rotativa e possui duração de um ano. A sede da UEE encontra-se em Moscou, o Tribunal em Minsk (Bielorrússia) e a reguladora financeira em Almaty (Cazaquistão). Todas as trocas preconizadas no acordo se sujeitam aos princípios da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A atualização do acordo de 2014 define uma harmonização das políticas que aponta a setores específicos da economia como são o setor energético, de indústria, de transporte e da agricultura. Cada um destes contempla as áreas problemáticas que desafiam a Rússia contemporânea de Putin. Segundo a análise de Haz (2016) não se deve subestimar a ligação direta da Organização com a política energética e o seu comércio. A aliança da UEE compreende à quinta parte de todos os recursos mundiais de gás assim com um 15% do petróleo total, tornando-se elemento central para as projeções russas com a vizinhança.

Entretanto, completam-se cinco anos desde que foi convocado outro projeto ambicioso que também remete ao potencial da região Euroasiática. Trata-se da iniciativa “Um Cinturão e Uma Rota Marítima da Seda no Século 21”, proposta em 2013 pelo presidente da China, Xi Jinping, durante uma visita ao Cazaquistão. A proposta pretende conectar países da Ásia, Europa e África por redes marítimas e terrestres alcançando uma extensão de 10.000 quilômetros. Os planos indicam um trajeto comercial, que ao serem aplicados, atravessariam o oeste da China, Cazaquistão, Rússia até a Europa.

A Nova Rota da Seda, identificada sob o acrônimo “BRI” pela tradução original “*The Belt and Road Initiative*”, é protagonista do maior investimento chinês apresentado nos últimos tempos. O projeto possui um custo aproximado de 900 mil milhões de dólares e abrange territórios de 69 países que atravessa o Cáucaso e conecta três continentes, representando 2/3 da população mundial (DEUTSCHE WELLE,2018).

O projeto consiste em duas grandes rotas comerciais de grande importância. O nome que implica a ambiciosa proposta chinesa remete ao original em inglês, “*One Belt and One Road*” que significa “Um Cinturão e Uma Rota”. Ambos termos denotam a funcionalidade do projeto e a distinção das duas rotas. A primeira (o Cinturão) configura o percurso terrestre protagonizado por inúmeras ruas, vias

férreas, e estradas que chegam até a Europa desde a Ásia Central e Oriente Médio. A segunda representa o percurso marítimo que conecta o sul da China com a Ásia sul-oriental, África e Europa passando pelo Oceano Índico, o Canal de Suez chegando ao Mar Mediterrâneo.

China's One Belt, One Road initiative

Figura 7 - Mapa da Nova Rota da Seda



Fonte: Institute of Chinese Studies

O moderno projeto de Xi Jinping aponta à renovação do histórico trajeto chinês da antiga Rota da Seda, que operou há mais de 2000 anos atrás em território eurasiático. A demanda das nações pela seda e as especiarias que a China produzia foi responsável pela construção espontânea de um caminho de acesso às regiões distantes a fim de abastecer os clientes com os produtos do império oriental (KOTZ, 2017). Até fins da Idade Média se exportava seda e outros produtos à Europa, transportados em camelos. Em troca o Império chinês recebia ouro, pedras preciosas, entre outras coisas. O nome dado à atual iniciativa chinesa faz referência ao tecido que era o maior produto de exportação do país na época. Embora o nome se manteve, a realidade e o intuito comercial da Nova Rota não se atribui a este tecido, incorporando interesses vindos de um mercado chinês atual modernizado.

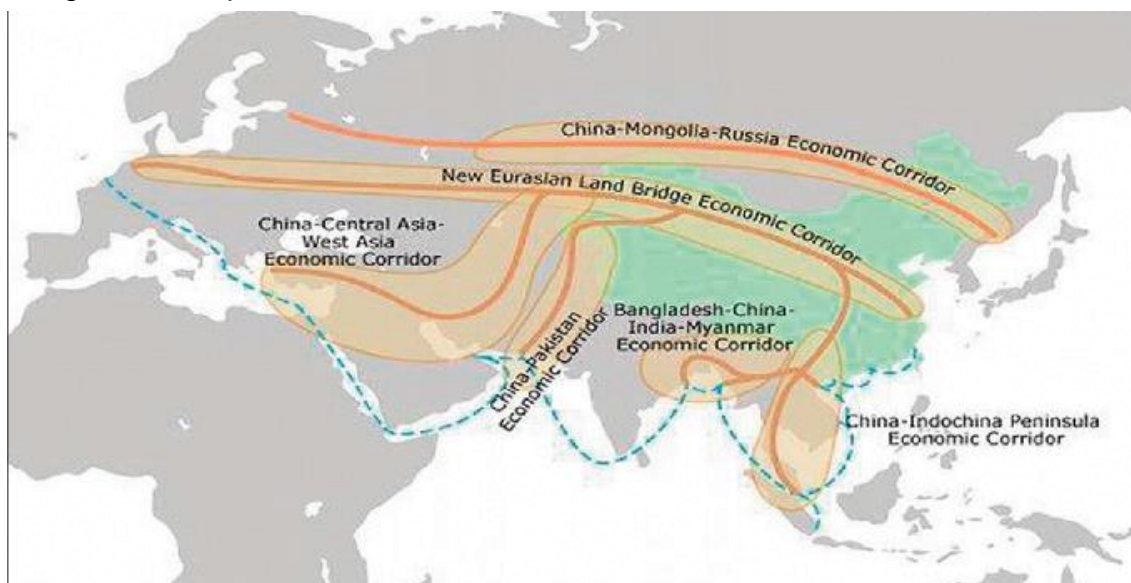
A metrópole histórica de Zhanjiang, localizada nas costas do Mar do Sul da China, foi um dos primeiros pontos de partida da antiga Rota da Seda Marítima e

antiga capital de várias dinastias. Foi estabelecida pela dinastia Han (206 aC-220 d.C.) mediante missões de paz e amizade realizadas pelo enviado chinês Zhang Qian, como forma de ligar economicamente a China com a Ásia central e o mundo árabe (XI JINPING, 2014). O intercâmbio econômico estabelecido entre os países do cinturão influenciou o desenvolvimento regional desse período (G1, 2017). Assim como a proposta atual, a antiga rota também se dividia em marítima e terrestre.

O megaprojeto do BRI está sendo construído sobre antigas tradições chinesas apontando a conexão da potência oriental com o mundo. Para rejuvenescer as antigas rotas comerciais que ligam a Ásia à Europa, os investimentos exigidos são proporcionais ao tamanho da proposta de Xi Jinping. O propósito de abranger mais de 60 países exige a construção de uma imensa infraestrutura com projetos em novas estradas, ferrovias, portos, aeroportos e oleodutos. A estimativa dos custos apontam a US\$ 1 trilhão de dólares planejados pela China para definir o conjunto de rotas (QUORA, 2017). Segundo Kotz (2017) o projeto a longo prazo se estende a um período de 30 a 40 anos para ser concluído, apreciação manifesta pela academia chinesa mediante a elaboração de relatórios estratégicos.

Foram propostos seis corredores econômicos e uma rota marítima. A Figura 6 ilustra a projeção a seguir, 1) a Nova Ponte Terrestre Eurasiática (conecta a China Ocidental à Rússia Ocidental); 2) o eixo China-Mongólia-Rússia (compreende o norte da China ao leste da Rússia via Mongólia); 3) o eixo central China-Ásia Ocidental (perpassando o Oriente Médio); 4) o eixo da Península China-Indochina (sul da China para Singapura via Indochina); 5) o eixo do Corredor Econômico China-Paquistão e, finalmente, 6) o Corredor Econômico Bangladesh-China-Índia e Mianmar (sul da China para a Índia via Bangladesh e Mianmar). Em relação à rota marítima, a mesma liga a China Costeira ao Mediterrâneo, via Cingapura-Malásia, Oceano Índico, Mar da Arábia e Estreito de Ormuz encontrando-se com a rota terrestre em território europeu (QUORA,2017).

Figura 8 - Mapa dos seis corredores terrestres e um marítimo da Nova Rota



Fonte: ILHÉU, 2017

A iniciativa tem por objetivo maximizar as trocas comerciais na Eurásia. Segundo Ilhéu (2017) “as prioridades de cooperação são a coordenação de políticas, melhoria da conectividade, aumento do comércio e investimento, integração financeira e aumento dos laços entre os povos”. A China possui como pilar o incentivo à multipolaridade no Sistema Internacional e para atingir este propósito a intensificação do trabalho diplomático envolveu a construção de uma plataforma de cooperação. Esta plataforma se constitui mediante o BRI, por infraestruturas e parques industriais para aprofundar a cooperação dos continentes, asiático, africano e europeu com a China o resto do mundo. A economia chinesa é intimamente ligada ao oceano, 90% do comércio externo é via marítima, representando 19% do mercado global de transportes marítimos.

As mudanças na estrutura e na visão da economia chinesa tem sua origem em 1978 a partir da política das 4 modernizações nos setores da agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia. A mesma foi acompanhada da reforma iniciada por Deng Xiaoping em 1979 que apontava ao processo de restauração do capitalismo. A transição interna que a China enfrentou foi precedida pelo reconhecimento de uma mudança estratégica que impulsionasse, de forma gradual, a abertura da economia à novos mercados para transformar o setor comercial fechado em que se encontravam.

A criação de Zonas Econômicas Especiais abertas ao Investimento Direto Estrangeiro permitiram um rápido e inédito processo de crescimento (ILHEU, 2017). O atraso tecnológico, a pouca inserção nos mercados externos e os escassos parceiros extracontinentais regrediram após a implementação que foi sustentada pelos presidentes sucessores. Este processo teve o seu auge com o ingresso da China na Organização Mundial de Comércio em 2001, demarcando a nova fase de seus empreendimentos. Esta oportunidade concedeu a abertura do mercado chinês ao mundo, efetivando a nova ordem econômica mundial com a participação ativa do país asiático.

A incerteza da manutenção dos acordos comerciais por parte de todos os países signatários e o impacto mundial da Crise de 2008¹¹ provocou a desaceleração das economias em geral, afetando o setor financeiro e subestimando a valorização dos produtos chineses no mercado. Os problemas ocasionados internamente na China serviram de motivação para a criação de novos projetos que visassem a garantia da estabilidade do crescimento acelerado de sua economia. Como proposta renovadora para o território asiático, a Política Externa Chinesa (PECh) estabelece novos alicerces que sirvam de apoio em momentos de instabilidade e criem alternativas de alianças perante as existentes historicamente. Segundo Ilheu (2017) numa entrevista feita em 2015 nos Estados Unidos o Presidente Xi Jinping descreveu o Sonho Chinês como um sonho de um *“grande rejuvenescimento da nação chinesa”*.

A PECh estima sua atuação voltada para a região e para o mundo desde uma ótica particular que procura distinguir os interesses chineses entre os interesses de outras potências. Ao assinar acordos ou mediar alguma situação, há pautas que são pilares para o país oriental e defendidos em todas as oportunidades (FENG, 2016). Esta atuação é verificada no comprometimento da China dentro das organizações multilaterais com a defesa da estabilidade e de parcerias internacionais ou regionais mediante a cooperação e o desenvolvimento pacífico. Segundo a análise de Kotz (2017, p.8) este comportamento demonstra ainda, a maturidade da inserção

¹¹ Nomeada também *Crise Subprime*, foi o colapso do setor imobiliário causado pela exagerada especulação creditícia norte-americana que se agravou ao atingir o sistema financeiro mundial.

externa da China, sendo a maior iniciativa do país na construção de um modelo de governança global rumo à multipolaridade.

Para Xi Jinping (2014) a antiga Rota da Seda ganhou novos contornos emblemáticos com a sua nova versão contemporânea, porém mantendo presente o histórico perfil chinês. Desta maneira, a retomada da cooperação entre os países da Eurásia através do BRI ganhará um novo nível de aproximação em defesa da importância que cada um ocupa, valorizando a amizade, o desenvolvimento em comum que abrange o benefício de todos os povos. As relações China e Ásia Central enfrentam uma etapa de crescimento onde se priorizam a amizade entre os países da região mediante uma política externa voltada aos desafios de cada um. Para o presidente chinês, o lema da instituição impulsionada pelo seu país consiste em que “um vizinho é melhor que um parente distante”.

A harmonia nas relações regionais asiáticas percebidas à 2000 anos de antecedência, verificam fatos concretos de intercâmbios que demonstram, com base na unidade, confiança mútua, igualdade, inclusão, aprendizagem mútua e cooperação benéfica, que países de diferentes raças, crenças e culturas são plenamente capazes de compartilhar a paz e o desenvolvimento. A revitalização da Rota da Seda propõe uma nova dinâmica de globalização para a recuperação da economia chinesa (ILHEU,2017) assim como a abertura para zonas livres de comércio como uma forma dos países interligarem as suas estratégias de desenvolvimento, complementando as suas vantagens competitivas.

A importância que este projeto tem para a China inclui, além dos interesses econômicos, a oportunidade de empregar seu *soft power* através da promoção de trocas culturais e acadêmicas, oferecendo bolsas a estudantes de países da rota além da cooperação entre organizações da juventude e mulheres, promoção turística, festivais de arte, filmes e serviços de voluntariado.

A iniciativa do Cinturão e da Rota foi qualificada pelo presidente Xi Jinping como o projeto do século (BRANCHER,2017). A mesma pode ser dividida em duas perspectivas, desde o impacto econômico e desde o impacto geopolítico. O primeiro, é retratado pela dimensão dos atrativos comerciais gerados pelos acordos entre centenas de indústrias que irão aliar-se a este projeto. Esta intensidade das trocas

impulsionará o PIB da China, contendo a desaceleração detectada nos últimos anos. Os projetos que visam a infraestrutura da dimensão da rota terrestre, fornecem por parte da China empréstimos aos países envolvidos a um baixo custo. Tais investimentos poderão ser canalizados com a intensificação das exportações aos novos mercados, impulsionando e fortalecendo a moeda nacional -Yuan (¥) - entre os países da região (QUORA,2017).

O potencial da iniciativa BRI é reforçado pela extensão territorial que compreende. Tal capacidade proporciona a travessia das rotas por regiões desconhecidas e aproveitadas pelo turismo, que pretende emergir à medida que se intensifiquem os fluxos dos corredores terrestres (ver Figura 6). Esta é a realidade de cidades pitorescas esquecidas que foram incorporadas ao trajeto interno chinês e que esperam obter seu desenvolvimento através das inversões e modernização das estradas, possibilitando que estejam mais conectadas ao mundo (DEUTSCHE WELLE,2018). Isso irá corrigir as disparidades regionais na China, mudando a realidade social e econômica de regiões que ficaram para trás em termos de crescimento.

Se espera que o desenvolvimento gerado pelos investimentos ao longo da Rota terrestre cooperem a destravar conflitos. Sendo um dos pilares tanto do BRI quanto da OCX, os desequilíbrios que alterem a estabilidade nacional são alvo a serem combatidos. Como é o caso da região noroeste chinesa, Xinjiang¹². Esta região conhecida pelos conflitos étnicos e religiosos compartilha suas fronteiras com a Mongólia ao leste, com a Rússia ao norte e ao oeste com o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tajiquistão, o Afeganistão e as partes da Caxemira controladas pelo Paquistão e pela Índia.

É considerada a região doméstica que tem dado origem às campanhas antiterroristas do governo chinês para combater os ataques ocasionados por diversos protestos gerados pelo persistente intuito separatista da região (DEUTSCHE WELLE,2018). Em 2014, a região foi alvo de um atentado terrorista, deixando o governo central de Beijing em alerta, o que fez acelerar as obras de construção de linhas férreas a fim de possuir vias de acesso e proteger os recursos naturais em

¹² *Xinjiang* significa literalmente "a fronteira nova", nome dado durante a dinastia Qing da China manchu.

abundância situados em Xinjiang, necessárias no abastecimento das indústrias chinesas.

Em 2013, num discurso no Cazaquistão, o presidente chinês apontou a prioridade da expansão regional na Ásia mediante a construção de uma comunidade de interesses compartilhados e benefícios mútuos para alcançar um progresso conjunto. Para isto, foram apresentados cinco pilares que orientam os fundamentos da BRI: 1) consiste no comprometimento dos países signatários do projeto com a abertura à integração econômica regional: intensificando a consulta sobre políticas; incluindo discussões completas sobre estratégias e políticas de desenvolvimento; adotando planos e medidas para promover a cooperação regional por meio de consultas; Adotando o consenso e desconsiderando as diferenças. 2) Melhorar as conexões rodoviárias. Criar uma rota de transporte que ligue o Pacífico ao Báltico. A OCX dispõe da procura de um acordo para facilitar este objetivo. Melhorar o transporte transfronteiriço para facilitar o desenvolvimento econômico para trasladar-se nas diversas regiões. 3) Promover o comércio desimpedido considerando o enorme potencial do Cinturão. Discutir a facilitação adequada para os investimentos entre os países. Remover barreiras comerciais e reduzir os custos de comércio, aumentar a velocidade e elevar a qualidade. 4) Melhorar a circulação monetária. China e Rússia já têm uma cooperação sólida na liquidação do comércio em moedas locais. Compartilhar esta prática com os outros países na região. Considerar a possibilidade de realizar uma moeda local conversível para obter um custo de circulação significativamente menor. Tornar a região mais competitiva internacionalmente. Por último, 5) Aumentar o entendimento entre os povos como chave para as boas relações entre os Estados, obtendo o apoio da população se obtém a harmonia do projeto. Propor intercâmbios amistosos entre os povos para melhorar a compreensão mútua e a amizade tradicional. Construir um público de forte apoio e uma sólida base social para a cooperação regional (XI JINPING, 2014).

As oportunidades outorgadas às indústrias grandes e médias são o potencial atraente que diversos países irão aproveitar. Porém existem as desavenças que a República Popular da China terá que enfrentar como resultado da dimensão de sua proposta com o BRI. Um dos obstáculos aponta às diferenças em capacidade e proporção entre os países envolvidos ao Cinturão. Os países menores podem

questionar as políticas instauradas pela China e os países pobres podem sentir que estão sendo explorados. Essa reação já ocorreu em países como Sri Lanka, Mianmar, ou países na África, quando não puderam pagar suas dívidas. O investimento feito pela China nesses países não gerou lucros suficientes. Portanto, pode haver um problema de países pobres, deixados com uma dívida massiva (QUORA,2017). Esta foi uma das acusações realizada pelo secretário de Defesa norte-americana, James Mattis, quando durante sua visita ao Vietnã, retratou a conduta da China como um país que adotou um “comportamento econômico predatório” empilhando uma dívida massiva sobre países mais pequenos que resultará difícil de pagar (XINHUA, 2018).

Também deve-se considerar como pressuposto para os acordos e os investimentos a serem realizadas, a instabilidade política em diversos países ao longo da rota terrestre. Tais elementos supõem um risco à Segurança Política defendida por Xi Jinping e Putin, ocasiões que desafiam a estabilidade de um país ou uma região específica ao longo dos seis corredores. Nos últimos meses, foi criado um mecanismo para solucionar disputas em comércio, negócios e investimentos ao longo do Cinturão e Rota. Esta medida encontra-se dentro do plano de ação de 2018 a 2022 emitido finais do ano de 2017 (XINHUA, 2018).

4.2 A possibilidade de unificação de ambos organismos para consolidação de um plano econômico regional.

O impacto geopolítico a longo prazo também é uma realidade sustentada pelos especialistas. A importância geopolítica da Eurásia abordada no primeiro capítulo deste trabalho, aponta à essa região como território estratégico que Mackinder denominou de *Heartland*. Esta área pivô de grande relevância histórica é impulsionada mediante uma aliança sino-russa ao reconhecerem a concentração de riqueza e abundância de recursos naturais, principalmente o energético. O projeto BRI se torna mais um condicionante junto à OCX e a UEE que compreende o mesmo território geopolítico mackinderiano.

No passado, quem dominava a antiga Rota da Seda dominava o mundo, ao ser indicada como eixo estratégico para o domínio continental. Atualmente, a Ásia Central continua a ser um espaço disputado, principalmente entre as nações

predominantes em condições militar, econômico e político. Neste caso, a China e a Rússia disputam a mesma esfera de influência por excelência.

A tendência que a interpretação geopolítica possa auxiliar a compreensão de eventos estruturais inerentes ao Sistema Internacional se mantém revalidada (KOTZ,2017). A determinação inabalável de proceder à ampliação da cooperação euroasiática é reforçada em detrimento aos últimos acontecimentos por parte dos principais atores internacionais. Neste caso, ainda é uma realidade o confronto oriente-ocidente em termos de poderio e influência. Para Wallerstein (2017) as grandes oscilações nas alianças geopolíticas fazem parte do histórico das relações internacionais e continuarão sendo. Considerando as ambições da China e o papel importante que desempenhe no curto prazo, este não é considerado um papel tão grande quanto a China desejaria. Esta realidade impacta a possibilidade da China impedir a desintegração do sistema capitalista visando uma nova ordem mundial garantindo somente seu sustento e permanência num futuro sistema mundial.

Em outubro de 2018, a Editora Central de Literatura do Partido Comunista da China publicou um novo livro que reúne 85 discursos do presidente Xi Jinping. Trata-se de assuntos primordiais do país, como a promoção da construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade. Foram escolhidas as declarações do presidente entre janeiro de 2013 e junho de 2018 anexando à última edição de 2014. A obra, compilada pela instituição de pesquisa de história e literatura do Partido Comunista da China (PCC), será distribuída em todo o país (RESISTENCIA, 2018). Os questionamentos de uma possível unificação entre os planos estratégicos sino-russos têm atravessado diversas etapas em que se desacreditava tal possibilidade. No entanto, parece que ambos países asiáticos estão formando relações estratégicas mais próximas em face da crescente pressão de Washington.

Após a chegada de Donald Trump à Casa Branca, as decisões tomadas em seu mandato tem ocasionado a identificação da aliança Pequim-Moscou em temas que até então eram desconsiderados na agenda estratégica de ambos países. Um bloco sino-russo pode ser ameaçador para o Ocidente, os obstáculos para uma aliança mais aprofundada podem ser revertidos pelo apoio mútuo em esferas como a

militar e a financeira (BOMJARDIM, 2016). A Rússia e a China, superaram a quantidade habitual de encontros diplomáticos oficiais no ano de 2018, demonstram ao Ocidente a intensificação do trabalho em conjunto para combater o "unilateralismo" dos Estados Unidos. A disputa tarifária dos EUA com a China e as contínuas sanções contra a Rússia aproximam cada vez mais a aliança Pequim e Moscou (DEUTSCHE WELLE, 2018).

O território Euroasiático atualmente reúne as três instituições apresentadas ao longo deste trabalho, consideradas as mais extensas e poderosas em termos quantitativos e proporcionais. Trata-se da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), a União econômica Euroasiática (UEE) e a Iniciativa Econômica do Cinturão e da Rota (BRI). A participação da Federação Russa e da República Popular da China é indiscutível para a manutenção e aperfeiçoamento da aliança político-econômica que se estabeleceu por meio destas organizações entre as nações de toda a extensão asiática alcançando a Europa.

No entanto, a possibilidade discutida de uma possível unificação da UEE com a BRI pode ser considerada desnecessária. A capacidade de ambas organizações regionais em impactar a realidade econômica euroasiática é um fato reconhecido por diversos especialistas. Tanto a UEE como a BRI possuem estruturas e objetivos pragmaticamente construídos em que cada um cumpre uma função determinada. A intenção de unificar os dois projetos poderia ser uma escolha considerada factível se não fosse a conjuntura atual. Segundo a especialista em política externa dos EUA, Angela Stent, mesmo quando a China e a Rússia rejeitam a ordem global, eles não concordaram sobre como esta ordem deveria ser no futuro (DEUTSCHE WELLE, 2018).

A UEE é um projeto voltado aos interesses russos com seus antigos aliados da União Soviética, a BRI possui uma forte caracterização chinesa com o intuito de estender sua diplomacia confuciana como parte da restauração de um trajeto histórico, como é a Rota da Seda, como instrumento de legitimação da multilateralidade. Isso não significa que a aliança não esteja se fortalecendo porém não aponta a uma unificação e sim a um perfil de complementariedade.

Segundo a entrevista realizada pela emissora alemã Deutsche Welle (2018) com professor James Brown, associado de ciência política na Temple University em Tóquio, a relação entre a China e a Rússia é limitada e dirigida pelos interesses nacionais de cada país. A relação avança enquanto cada lado apoia o outro porém desde que seja do interesse nacional de cada um. Por outra parte, o embaixador da China na Rússia, Li Hui, expôs à uma agencia de notícias chinesa que as relações sino-russas estão em seu "melhor momento da história". Sustentado na defesa da cooperação regional em meio a "tendências protecionistas e de antiglobalização" como exposto por Xi Jinping em suas últimas declarações públicas, trata-se de uma nova era de diplomacia com a Rússia. Uma aproximação que destaca a prioridade máxima que ambos países deram à preservação da boa relação diplomática, destacando a singularidade do relacionamento bilateral da China com a Rússia.

Contudo, o analista russo Vassily Kashin, especialista em Ásia Oriental da Academia Russa de Ciências reforça o fato de uma tendência à "complementariedade" entre a UEE e a BRI e não a uma unificação. Kashin aponta que o comércio entre a China e a Rússia deverá aumentar ainda mais nos próximos anos, tendo no ano de 2018 atingido a troca comercial de US \$ 100 bilhões pela primeira vez. No entanto, apesar do aprofundamento da integração econômica, para este analista, ainda não há nenhuma medida vinculante que conecte as duas iniciativas principais de Putin e Xi Jinping para os próximos anos (DEUTSCHE WELLE, 2018).

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou identificar e compreender o processo de transição das relações asiáticas no contexto contemporâneo mediante o estabelecimento de alianças político-econômicas legitimadas pelos Estados preponderantes da região, a República Popular da China e a Federação Russa. A estratégia de pesquisa adotada para este trabalho consistiu no estudo de caso mediante a captação de dados qualitativos dos acontecimentos que envolvem o tema da pesquisa. Com o intuito de corroborar o processo da pesquisa científica foi escolhido o método de natureza analítica-explicativa. Este método proporcionou a obtenção de dados imprescindíveis através da técnica de coleta de dados, identificação e sistematização das informações relevantes para a pesquisa e a revisão bibliográfica.

O processo de elaboração do presente trabalho foi acompanhado da contínua atualização dos dados e das informações, outorgando a peculiaridade de uma análise que possui uma dinâmica constante no comportamento dos atores analisados enquanto foi desenvolvida. Considerando a relevância da Federação Russa e a República Popular da China na agenda mundial, somado ao interesse das demais potências sobre o território estratégico que ambas nações ocupam, é notória a crescente influência da autonomia asiática nos acordos internacionais. Em base esta premissa, este trabalho propôs uma análise da aproximação político-econômica sino-russa a partir do advento dos presidentes Vladimir Putin e Xi Jinping, período determinado ao verificar o aprofundamento das relações bilaterais entre ambos Estados, conduzidos pelo término da Guerra Fria.

Ao longo do trabalho foi aplicada a teoria geopolítica do *Heartland* do especialista britânico Halford Mackinder, tornando-se fundamental no estabelecimento de relações e ligações importantes entre a história, política, cultura e economia da questão problemática central deste trabalho, a conformação de uma relação estratégica dirigida pelas principais potências do espaço asiático. Ao longo do desenvolvimento dos temas de cada capítulo a teoria geopolítica mackinderiana outorgou o sustento das abordagens, de maneira direta ou indireta, a respeito do conceito do *Heartland* como influência primordial às verificações identificadas durante as leituras e análises.

O reconhecimento do processo de transição das teorias geopolíticas e a verificação da contemporaneidade dos conceitos nos fatos atuais do Sistema Internacional serviram de fundamento para a corroboração das hipóteses do presente trabalho. A possibilidade de retomada das teorias clássicas da geopolítica enriqueceram a assimilação dos capítulos, mesmo se tratando de temáticas tão atuais, dinâmicas e incertas as propostas de Mackinder e Spykman se complementam estrategicamente num contexto imprevisível que superam as estimativas feitas por ambos especialistas durante o estudo e elaboração de suas teorias.

A aplicabilidade dos conceitos geopolíticos, *Heartland* e *Rimland*, estiveram presentes desde o primeiro capítulo ao quarto e último, considerando os aspectos das Organizações regionais, estabelecidas para darem sustento à importância e riqueza do território, considerando a ótica estratégica dos países que conformam o bloco asiático e das propostas dos líderes da região sobre a possibilidade de aproveitamento do contexto internacional contemporâneo. O deslocamento da extensão da *Área-Pivô* apresentada no trabalho outorgou um protagonismo maior da Ásia sobre a Europa no conceito mackinderiano. O mesmo considerava a possibilidade de ascensão da China e a obtenção de um protagonismo regional num processo de transição e aproveitamento de sua posição continental, processo que foi verificado pelo protagonismo chinês através da liderança e condução de suas propostas ambiciosas a longo prazo percorridas no trabalho.

A abordagem do teórico Mackinder proporcionou a organização da análise em quatro capítulos, sendo cada tema ligado de maneira ordenada e complementar, seguindo a coerência da teoria geopolítica escolhida. Deste modo, o primeiro capítulo teve o objetivo de apresentar desde uma abordagem teórica a importância do território asiático desde a perspectiva mackinderiana. A análise foi desenvolvida através da reavaliação das concepções geopolíticas deste Mackinder, considerando a teoria do *Heartland* juntamente à teoria complementar do *Rimland* abordada por Nicholas Spykman.

O resultado da análise do primeiro capítulo suscitou o retorno da influência da geopolítica nas análises de governos dos países que possuem grandes pretensões estratégicas. Ao longo do desenvolvimento deste capítulo, diversas abordagens de especialistas renomados dos estudos geopolíticos e das relações internacionais,

como Itausso Mello, Raymond Aron e Barry Buzan, foram exploradas com uma interpretação contemporânea que revaloriza a *Região-Pivô* do gigantesco território euroasiático e manifesta a transcendência do poderio terrestre e marítimo desta região. A revisão de premissas da geopolítica clássica é demonstrada no primeiro capítulo como uma alternativa a teorias que foram interrompidas por fatos históricos específicos, caracterizando-as com uma nova designação que abrange a realidade atual do Sistema Internacional.

Ao retratar o processo histórico da incidência geopolítica entre as decisões estatais foi verificado a nova projeção da teoria do *Heartland* através do prolongamento da extensão tradicional que ocupa tal conceito, contemplando a análise prevista por Mackinder em 1904 de um cenário que considerava a transformação da extensão pré-estabelecida caso houvesse em um futuro a ascensão e o protagonismo chinês influenciando as relações estratégicas eurasiáticas. Esta alegação é ratificada em complemento aos demais capítulos deste trabalho onde são expostas as coincidências sino-russas na aproximação estabelecida nos últimos anos. A corrida do século XXI em território euroasiático percebida pela reconfiguração de China e Rússia no plano internacional, sobretudo após o período da Guerra Fria, demonstra a transição das pretensões sobre o paradigma mackinderiano, sendo legitimadas mediante o incentivo sino-russo da multipolaridade entre as alianças regionais, assim como nos projetos atuais desenhados por ambos países onde abrangem conceitos essenciais dos planos geopolíticos clássicos.

O segundo capítulo teve o desígnio de apresentar a projeção chinesa que integra o território mackinderiano mediante a consolidação da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), sustentada pelo presidente Xi Jinping. Os resultados obtidos na análise deste capítulo apontaram à renovação da Política Externa Chinesa (PECh) para a reinserção político-econômica do país. A OCX constitui um instrumento pragmático na obtenção de novos parceiros regionais, na diversificação dos mercados e na tentativa de evitar o isolamento. Estas três consignas constituem o plano diplomático chinês em impulsionar as trocas comerciais como base da manutenção de seu crescimento, evadindo qualquer tipo de interrupção de seus planos econômicos a longo prazo, a maioria relacionados à liderança no âmbito tecnológico.

Pretensões econômicas que se iniciaram com Deng Xiaoping ao atrelar a segurança do desenvolvimento interno com a expansão da influência do mercado chinês.

Demonstra-se como resultado da análise do segundo capítulo a confirmação da OCX como combinação geoestratégica dos mecanismos institucionais da China, Rússia e demais países da Ásia Central em promover a criação de um espaço que reflete o perfil dos interesses asiáticos na nova configuração internacional e regional pós Guerra Fria. Este resultado denota a revalorização do território compreendido pela Organização como um novo período experimentado pela Ásia Central a fim de fortalecer a dinâmica de um espaço político-territorial debilitado economicamente com a dissolução da União Soviética.

Como abordado durante o desenvolvimento do capítulo, outro resultado da análise feita sobre a importância da OCX para a aproximação sino-russa foi a elaboração de uma agenda conjunta nos âmbitos político, econômico e de segurança. Se bem foram considerados diversos aspectos e fatos específicos que demonstram a relutância política de suas lideranças, a maioria determinados por divergências ideológicas, verificou-se a pretensão conjunta de ambos países em afrontar desafios compartilhados domesticamente por meio da aglutinação de suas capacidades, outorgadas pelas suas dimensões e influência econômica na região.

A reconstituição das alianças asiáticas proporcionaram para a análise deste trabalho uma validação do aprofundamento das relações sino-russas. Através da assimilação dos três males contemporâneos que afrontam a região, sendo eles o terrorismo, o separatismo e o extremismo, a redefinição dos acordos estratégicos se tornaram essenciais para a manutenção dos interesses das duas potências regionais.

Neste caso, a afirmação dos ideais que norteiam a política externa da China e da Rússia se sustentam e adequam ao contexto regional como prioridade nos assuntos estratégicos. Este resultado se verifica ao submeter os desafios contemporâneos entre os primórdios da OCX. A intensão de conceber à região euroasiática como um território harmônico mediante o estabelecimento pleno de um desenvolvimento conjunto entre os países que o compõem, o esforço conjunto tornou-se o núcleo da estratégia. Portanto, o projeto de Xi Jinping para a região resulta no desafio de inserir uma plataforma que dissemine o perfil diplomático chinês entre os vizinhos próximos à China coligando simultaneamente a um plano de ação que

confronte a luta contra as regiões separatistas (Xinjiang, na China e Chechênia na Rússia), o terrorismo, e o extremismo ligado ao fundamentalismo islâmico avistado na comunidade fronteiriça de Uigur. Tendo em vista esses fatores, este capítulo interpretou a OCX como o primeiro projeto asiático que aborda de maneira pragmática e conjunta os desafios que ameacem a estabilidade pretendida para legitimar os projetos sino-russos a longo prazo.

Destaca-se também, a OCX como primeiro intuito, iniciado pelo grupo *Os cinco de Xangai*, em estabelecer uma cooperação regional em meio às incertezas de um contexto caracterizado pela transição de um sistema bipolar, passando a inserir a nova Rússia e os novos Estados da ex União Soviética, delimitando novos territórios na região, e colocando a China num novo parâmetro de inserção e liderança nas decisões conjuntas do novo Sistema Internacional.

O terceiro capítulo deste trabalho se desenvolveu sobre o objetivo específico de discorrer na dependência energética contemplada na realidade político-econômica de China e Rússia, considerando-o pilar das projeções traçadas pelos atuais presidentes. Os resultados alcançados sobre este capítulo advêm das demandas internas que ambas potências asiáticas possuem em relação ao papel que a manutenção e obtenção dos hidrocarbonetos tem outorgado à Política Externa sino-russa. A análise da incidência energética na coordenação dos projetos asiáticos a longo prazo proporcionou a possibilidade de identificar as articulações realizadas pelos Estados para legitimar a gestão, deslocamento e abastecimento dos recursos petrolíferos entre a Rússia, principal fornecedora, e a China, principal consumidora.

No entanto, foi verificado o processo pelo qual o uso do petróleo tornou-se essencial no crescimento econômico sino-russo, afrontado domesticamente por circunstâncias diferentes desde o fim da Guerra Fria. A observação de uma aproximação entre Pequim e Moscou no âmbito energético assinalam as realidades e as pretensões de cada um em assegurar uma política voltada à proteção e controle das *commodities* fósseis. Estas pretensões definem a construção de um Regime de Segurança asiático para proteger o ambicioso mercado energético, alicerce do crescimento acelerado da economia sino-russa das últimas décadas, principalmente a chinesa.

Conclui-se que o anseio pelo consumo petrolífero provocou a atual percepção das fontes primárias energéticas como um recurso escasso e limitado. Esta premissa aponta a realidade de que a oferta não corresponde à grande demanda asiática, determinando a necessidade de estabelecer alianças com novos países fornecedores, no caso da China, e o investimento em novos oleodutos para aprofundar a influência de seu abastecimento entre seus parceiros, no caso da Rússia. Considera-se, através deste capítulo, que o mercado chinês tem desenvolvido a questão energética como cerne da questão de segurança. Demonstrou-se a grande estratégia regional e global chinesa em pretender realizar sua expansão política através da penetração econômica. Isto é, uma troca entre o acesso a novas fontes de recursos geradores de energia pelo amparo em investimentos que apontem ao desenvolvimento conjunto na região. Esta proposta visa conter a continuidade do crescimento interno chinês contra possíveis ameaças à interrupção ou escassez das matérias primas fósseis.

A construção de um Regime de Segurança energético compreende também a importância do território euroasiático, utilizando-se do conhecimento geopolítico na delimitação da construção dos inúmeros oleodutos distribuídos na região. O fator político está intrinsicamente ligado aos acordos e alianças estabelecidas, principalmente para a diplomacia russa que possui um perfil diferenciado de atuação referente a diplomacia chinesa, pois Moscou se caracteriza pela procura em recuperar o protagonismo entre seus vizinhos e clássicos aliados. A atuação conforme a Política Externa voltada à questão energética encontra-se sujeita à desenvoltura das relações estabelecidas na região, principalmente com os Estados politicamente debilitados por distúrbios internos, como os países árabes ou as ex-repúblicas soviéticas.

O quarto e último capítulo deste trabalho mantém a utilização teórica do recurso geopolítico como orientador da análise, pois ambas propostas demonstram o profundo conhecimento russo e chinês dos benefícios que conduzem a formação de alianças estratégicas, via marítima e terrestre. O objetivo específico em discorrer da possibilidade de unificação da União Econômica Eurasiática (UEE) e o Cinturão Econômico da Rota da Seda (BRI) foi refutado ao verificarem-se o histórico, a funcionalidade e os objetivos pragmáticos propostos por ambos projetos em nível

regional. A construção da UEE e do BRI apontam ao aprimoramento das alianças regionais no âmbito econômico, ambas propostas diferem entre os interesses de seus propulsores. O primeiro projeto, liderado desde 2014 pela Federação Russa, assinala a pretensão de retomar as relações com seus antigos aliados como União Soviética, proporcionando um novo cenário de credibilidade entre as trocas comerciais. A proposta apresentada por Xi Jinping, no mesmo ano de 2014, ainda está em evolução, sendo um projeto ambicioso que envolve o comprometimento de mais de 60 países do território euroasiático. A BRI possui uma forte caracterização do perfil chinês para seus propósitos multilaterais, apontando à restauração do antigo trajeto histórico da Rota da Seda.

Ao longo da elaboração do presente trabalho, verificou-se o papel fundamental que a Rússia exerce na inserção da China como liderança econômica mundial, porém também foi constatado a dificuldade de uma coordenação política entre Pequim e Moscou. A tentativa de unificar seus planos econômicos se limita aos interesses nacionais dos dois países, isto porque a aproximação sino-russa possui seu fundamento na complementariedade de seus propósitos e não num alinhamento equivalente para ambas nações. Ainda, por se tratar de um processo em transição dentro do Sistema Internacional, a ascensão do bloco asiático liderado por China e Rússia com capacidade de atuação autônoma na tomada de decisões se mantém vigente. O capítulo conclui com a abordagem do planejamento estratégico bilateral destes países que irá redefinir a posição do território sino-russo no Sistema Internacional.

Contudo, o objetivo geral de desenvolver uma análise para comprovar a possibilidade de que a transição do Sistema Internacional estaria acentuando a “parceria estratégica” sino-russa, estabelecendo um bloco de poder asiático é confirmada. O desenvolvimento do presente trabalho reuniu a teoria geopolítica mackinderiana com o processo histórico das relações entre Pequim e Moscou, demonstrando através de fatos concretos a evolução da aproximação de ambos líderes asiáticos. Conclui-se que o período incerto iniciado com o fim da Guerra Fria impulsiona a formação de novas alianças a procura de alternativas frente a cenários desfavoráveis para a inserção de novos atores internacionais. Na realidade sino-russa, a procura em estender suas influências para legitimar, de maneira gradual e

continua, a inserção do perfil asiático no Sistema Internacional se implementa através da multipolaridade como forma de construir alianças regionais. O *modus operandi* adotado entre China e Rússia se interpreta como uma atuação que busca contrapor a perspectiva contemporânea das potências tradicionalmente hegemônicas.

Os discursos públicos de Putin e Xi Jinping testificam a complementaridade dos princípios fundamentais de suas propostas, incorporando a atuação das organizações regionais como instrumento elementar na propagação de seus ideais. Portanto, a defesa dos princípios que irão sustentar seus objetivos são o *soft power* de seus acordos, disseminando um perfil discreto que garanta a paz e a estabilidade, amplie o número de parceiros para evitar qualquer isolamento, construa um sistema mundial multipolar e contraponha a presença hegemônica dos Estados Unidos na Ásia. Este trabalho conclui sua análise confirmando a existência de uma aproximação sino-russa sem um alinhamento pré-estabelecido, subordinado pela imprecisão da transição sistêmica.

REFERÊNCIAS

ARANCÓN, Fernando. **La Unión Económica Euroasiática o la reconstrucción del espacio postsoviético**. Abril, 2015. Disponível em: <<https://elordenmundial.com/la-union-economica-euroasiatica/>>. Acesso em: 8 outubro de 2018.

ASEAN BRIEFING. **Singapore set to sign free trade agreement with the Eurasian Economic Union by year-end**. Setembro de 2017. Disponível em: <<https://www.aseanbriefing.com/news/2017/09/12/singapore-set-sign-free-trade-agreement-eurasian-economic-union-year-end.html>>. Acesso em: 21 setembro de 2018.

BOMJARDIM, Fabricio. **Manobras conjuntas sino-russas e as tensões no sul da Ásia**. Agosto, 2016. Disponível em: <<https://jornal.ceiri.com.br/manobras-conjuntas-sino-russas-e-as-tensoes-no-sul-da-asia/>> Acesso em: 17 de outubro de 2018.

BORGES, Rodrigo Cardoso; CHARIPOVA, Elena. Organização para Cooperação de Xangai: nova ordem geopolítica na Ásia. **Percursos: Sociedade, Natureza e Cultura**, N. 11, p. 139-164, 2010-1.

BRANCHER, Pedro. **Revezes da “Nova Rota da Seda” no Sri Lanka**. Junho, 2017. Disponível em: <<https://jornal.ceiri.com.br/revezes-da-nova-rota-da-seda-no-sri-lanka/>> Acesso em: 17 de outubro de 2018.

BUZAN, Barry. **People, states and fear: an agenda for international security studies in the post-Cold War**. London, 1991.

CHACÓN, Verónica I. Muñoz. La Organización de Cooperación de Shanghai: entre el equilibrio y el dominio geopolítico. **Revista Análisis Internacional**, vol.6 N. 2, Julho-Dezembro, 2015.

CHAN, David. Reino Unido deixa a UE e Índia e Paquistão juntam-se à OCX. **Plataforma Macau**, Junho, 2016. Disponível em: <<http://www.plataformamacau.com/opiniao/reino-unido-deixa-a-ue-e-india-e-paquistao-juntam-se-a-ocx>> Acesso em: 29 de novembro de 2018.

CUNHA, Alexandre C. Leite; MARTINS, Ellene. A corrida chinesa em busca de energia: a evolução da política energética chinesa em direção à África, América do Sul e Brasil. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, vol. 2, 2011.

DELGADO, Fernanda; FEBRARO, Júlia. Cronos: China e as suas questões de Segurança Energética. **Caderno Opinião. Fundação Getúlio Vargas Energia**. Agosto, 2017.

DEUTSCHE WELLE. **Unión Euroasiática: el plan económico de Putin - 2014** Disponível em: <<https://www.dw.com/es/uni%C3%B3n-euroasi%C3%A1tica-el-plan-econ%C3%B3mico-de-putin/a-17669363>> Acesso em: 13 de outubro de 2018.

DEUTSCHE WELLE. **La nueva "Ruta de la Seda" China atraviesa el Cáucaso.** Disponível em: <<https://www.dw.com/es/la-nueva-ruta-de-la-seda-china-atraviesa-el-c%C3%A1ucaso/a-41931486>> Acesso em: 14 de outubro de 2018.

DEUTSCHE WELLE. **¿Qué impedirá que China y Rusia formen un nuevo orden mundial?** 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/es/qu%C3%A9-impedir%C3%A1-que-china-y-rusia-formen-un-nuevo-orden-mundial/a-45499196>> Acesso em: 18 de outubro de 2018.

DUARTE, Paulo. As ambições e estratégias das grandes potências na Ásia Central: o realismo da Rússia e da União Europeia. **Universitas Relações Internacionais.** Brasília, v. 12, N. 2, p. 77-90, jul./dez. 2014.

DUARTE, Rafael. Mackinder: repensando a política internacional contemporânea. **Revista de Sociologia e Política,** Curitiba, N. 14, p. 195-199, jun. 2000.

EURASIAN, Commission. **News.** Disponível em: <<http://www.eurasiancommission.org/en/Pages/structure.aspx>> Acesso em: 12 de outubro de 2018.

FENG, Yuan. Ideas as Domestic Factors in the Formation of China's Multilateralist Foreign Policies Case of WTO, ASEAN+3 and SCO. **Dissertação (Doutorado em Ciências Políticas) Faculdade de Ciências Sociais e Políticas, Université libre de Bruxelles. Bruxelas.**

FREIRE, M., MENDES, C. A Organização de Cooperação de Xangai como Instrumento Geopolítico Sino-Russo na Ásia Central. **Centro Português de Geopolítica,** N. 2, 2008.

FREIRE, Maria Raquel. Confluência na Ásia? As relações Rússia-China. **SciELO Portugal: Relações Internacionais.** N. 38, Lisboa, jun. 2013.

G1. **China avança em comércio global com nova Rota da Seda, projeto de US\$ 1 trilhão.** Junho, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/china-avanca-em-comercio-global-com-nova-rota-da-seda-projeto-de-us-1-trilhao.ghtml>> Acesso em: 17 de outubro de 2018.

HAZ, Francisco Eduardo. **La Unión Económica Euroasiática: el nacimiento de un nuevo actor regional en un mundo globalizado.** Universidade da Coruña, 2016.

HERNÁNDEZ, Javier Morales. Rusia em el análisis geopolítico occidental: entre Mackinder y Kennan. **Instituto Español de Estudios Estratégicos.** N.13, fev. 2018.

ILHÉU, Fernanda. **O sonho chinês o novo normal e uma faixa uma rota.** Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://www.iimacau.org.mo/index.php/artigos-revista/168-o-sonho-chines-o-novo-normal-e-uma-faixa-uma-rota>> Acesso em: 15 de outubro de 2018.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **The Eurasian Economic Union: Power, Politics and Trade.** Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/europe-central->

asia/central-asia/eurasian-economic-union-power-politics-and-trade> Acesso em: 10 de outubro de 2018.

INSTITUTE OF CHINESE STUDIES. **China's Belt and Road Initiative (BRI): Impact on India & its China Diplomacy.** Disponível em:

<<https://www.icsin.org/publications/chinas-belt-and-road-initiative-bri-implications-prospects-consequences-impact-on-indian-its-china-diplomacy>> Acesso em: 15 de outubro de 2018.

ITAMARATY. **IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>> Acesso em: 30 de setembro de 2018

KOTZ, Ricardo Lopes. **A Nova Rota da Seda: a fundamentação geopolítica e as consequências estratégicas do projeto chinês.** 2017.

LEITE, Alexandre Cesar Cunha. **O projeto de desenvolvimento econômico chinês 1978-2008: a singularidade de seus fatores políticos e econômicos.** Tese de Doutorado (Ciências Sociais/Relações Internacionais). São Paulo, 2011.

LIRA, Flávio A. Nascimento. **A limitação à cooperação securitária sino-russa na Ásia Central devido ao não gerenciamento conjunto do fluxo local de hidrocarbonetos por Moscou e Pequim.** Tese (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

MACKINDER, Halford. **O pivô geográfico da história.** São Paulo. GEOUSP - Espaço e Tempo, N. 29, pp. 87 - 100, 2011.

MARTINS, Yuri Fontes. Nova ordem global pós-Guerra Fria – emerge a multipolaridade. **Revista Forum.** Ago. 2018.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo. Hucitec/Edusp, 1999.

MOREIRA PEREIRA, Diego. Índia e Paquistão: uma questão geopolítica chamada caxemira. Universidade do Estado do Rio de Janeiro; **Instituto de Geografia.** Rio de Janeiro. 2012.

NASCIMENTO, Flávio Lira. O desenvolvimento de um regime de segurança sino-russo para a Ásia Central. **Revista de Relações Internacionais da UFGD.** Dourados, v.5. n.9, jan./jun., 2016.

PAUTASSO, Diego. **China e Rússia no pós-Guerra Fria: Inserção Internacional e Transição Sistêmica.** Curitiba. Juruá, 2012.

PINTO, Paulo Pereira. China e sudeste asiático: diferenças e semelhanças de percepção quanto a questões atuais. **Revista Brasileira de Política Internacional.** N. 40, p.144-165, 1997.

QUORA. **What is One Belt, One Road in China?** 2017. Disponível em: <<https://www.quora.com/What-is-One-Belt-One-Road-in-China>>. Acesso em: 21 outubro de 2018.

RESISTENCIA. **Cúpula da Organização de Cooperação de Xangai faz avançar bloco regional estratégico.** Jun.2018. Disponível em: <<https://www.resistencia.cc/cupula-da-organizacao-de-cooperacao-de-xangai-faz-avancar-bloco-regional-estrategico/>>. Acesso em: 20 outubro de 2018.

RESISTENCIA. **China publica livro do presidente Xi Jinping sobre a nova política externa do país.** Outubro,2018. Disponível em: <<https://www.resistencia.cc/china-publica-livro-do-presidente-xi-jinping-sobre-a-nova-politica-externa-do-pais/>>. Acesso em: 23 outubro de 2018.

ROCHA, D.; ALBUQUERQUE, E. Revisando o conceito de *Heartland* na Política de Contenção Ocidental do séc. XXI. **Revista de Geopolítica.** Natal, v. 5, N. 1, p. 1-14, jun. 2014.

RODRIGUEZ, Nidia L. Villalobos. La Organización de Cooperación de Shanghái: una herencia de la Guerra Fría. **Enfoques Regionales**, 2013.

SECTSCO. **About SCO**, 2017. Disponível em: <http://eng.sectSCO.org/about_sco/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

SILVA, Lidiane Pascoal. Política Externa Chinesa após 1980: uma ascensão pacífica. **Revista Mundorama.** Jul. 2016.

SILVEIRA, Leonardo de Souza. A Geopolítica Energética Sino-Russo. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, vol. 5, 2009, pp.202-226. Disponível em: <<http://www.cedin.com.br/revistaeletronica/volume5/>>. Acesso em: outubro de 2018.

SIQUEIRA, Cynthia Danielle. **Segurança energética e Regime Internacional de mudanças climáticas: o papel da burocracia pública brasileira na elaboração de diretrizes políticas.** Dissertação (para Mestre em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

STRATFOR. Can the Shanghai Cooperation Organization Live Up to Its Name? **Stratfor.** Jun. 2017.

SPUTNIK. **La amenaza desde Bakú: qué tan peligroso es el Corredor Sur de Gas para Gazprom.** Disponível em: <<https://mundo.sputniknews.com/economia/201805301079143334-azerbaiyan-corredor-sur-gas-rusia-gazprom/>> Acesso em: 1º de outubro de 2018

SPUTNIK. **União Econômica Euroasiática.** Abril, 2016. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/trend/uniao_economica_euroasiatica/> Acesso em: 14 de outubro de 2018

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O caótico século XXI.** Rio de Janeiro. Alta Books, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. What about China?. **Immanuel Wallerstein Oficial**. N. 460, nov.2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder Americano**. Rio de Janeiro. Editora Contraponto, 2004.

XI, JINPING. **The governance of China**. Foreign Languages Press, Beijing, China, 2014.

XINHUA Portuguese. **Emitido comunicado à imprensa após cúpula da OCS em Qingdao**. Disponível em: <http://portuguese.xinhuanet.com/2018-06/11/c_137246037.htm> Acesso em: 29 de setembro de 2018

XINHUA Español. **Embajador chino dice que relaciones China-Rusia se expandirán**. Disponível em: < http://spanish.xinhuanet.com/2018-09/11/c_137459160.htm> Acesso em: 20 de outubro de 2018

YOROKOBU. **Si quieres dominar el mundo, empieza por los oleoductos. 2014**. Disponível em: < <https://www.yorokobu.es/gasoductos/>> Acesso em: 18 de outubro de 2018

